



**UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - UNIPAC**  
**FACULDADE REGIONAL DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS DE BARBACENA -**  
**FACEC**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**MARCONE LUIZ DE MELO**

**A INFLUÊNCIA COMTEMPORÂNEA NOS CONTORNOS DA SEXUAÇÃO E NA  
SEXUALIDADE INFANTIL: A BASE NA FORMAÇÃO DO SUJEITO**

**BARBACENA**  
**2014**

**MARCONE LUIZ DE MELO**

**A INFLUÊNCIA CONTEMPORÂNEA NOS CONTORNOS DA SEXUAÇÃO E NA  
SEXUALIDADE INFANTIL: A BASE NA FORMAÇÃO DO SUJEITO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Presidente Antônio Carlos- UNIPAC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Helder Rodrigues Pereira

**BARBACENA  
2014**

**Marcone Luiz de Melo**

**A INFLUÊNCIA CONTEMPORÂNEA NOS CONTORNOS DA SEXUAÇÃO E NA  
SEXUALIDADE INFANTIL: A BASE NA FORMAÇÃO DO SUJEITO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Presidente Antônio Carlos- UNIPAC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em 03 de dezembro de 2014

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>o</sup> Orientador Dr. Helder Rodrigues Pereira  
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Prof<sup>a</sup> Me. Maria Margarete Pinto Chaves  
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Psic. Rafaela Bianca de Carvalho Ribeiro  
Psicologia clínica

Dedico este trabalho aos meus pais: Dalva e Luiz, às minhas irmãs: Mônica e Marconilda (pessoas de grandes valores em minha vida e que por elas, removei montanhas), a todos os outros familiares que fazem parte da minha orgulhosa jornada de vida, principalmente três exemplos de pessoas: minha avó paterna: Tereza, meu avô materno: Antônio Condé (hoje em outra dimensão, mas sempre em nossos corações), minha avó materna: Senhorinha Maria (hoje anfitriã da família), que me passaram grandes valores de caráter humano, enriquecendo minha vida nas relações interpessoais. Dedico também aos grandes mestres que a mim compartilharam seus saberes e aos meus amigos e colegas de classe que tanto somaram em minha formação.

## AGRADECIMENTO

O que dizer neste momento? Acontece dentro de mim um turbilhão de sentimentos, uma intensa descarga de felicidade. Ao olhar para trás toda trajetória percorrida, observo o quanto foi válido lutar e ter meus objetivos alcançados, contando com a participação de tantas pessoas que, em suas individualidades, tanto contribuíram para cumprir mais esta meta.

Agradeço a Deus, pela força e perseverança na superação dos obstáculos da vida. Abaixo de Deus, agradeço meu avô materno “vovô Condé”, hoje em outra dimensão, mas para sempre no meu coração, a quem devo muito pela minha formação, tanto de caráter humano, quanto profissional. Não esqueço da minha infância, nos dias de domingo na casa do vovô ao cair da noite, sob luz de lamparina numa banca de madeira, ele me contava seus causos e até mesmo sua história de vida, será que já era um treinamento para psicólogo? Não sei, mas era o meu avô, ou melhor, o vovô Condé, esbanjando carinho e impondo respeito, um mestre na construção de caráter humano, mais foi além, não esqueço de um momento, eu ainda bem pequeno, pouco entendia o que era estudar, o vovô Condé me leva até seu quarto, abre sua caixa de madeira secreta, vindo no ar aquele cheirinho de coisas antigas guardadas, sinto até hoje, retirou da caixa dois livros antigos com folhas amareladas, eram sobre a História do Brasil, não lembro o que foi dito na hora, porque da infância pouco lembramos, mas acontecimentos marcantes ficam registrados na memória, não dá para esquecer, aquele olhar humilde e carregado de afetos sobre minha pessoa, que no silêncio tinha muito a dizer. Hoje, eu entendo e até posso ouvir sua voz dizendo: “Aqui meu neto – estou te dando esses livros para que você busque seus objetivos através dos estudos”. Foram nestes valiosos e pequenos gestos que tudo começou, hoje me realizo em mais uma formação científica e até o investimento financeiro, tenho que agradecer ao meu vovô Condé...

Aos meus pais, as palavras nunca serão suficientes para expressar a gratidão e o respeito que tenho para com aqueles que não só me deram a vida, como também guiaram meus passos. Minhas irmãs, apesar das discórdias, vocês são minhas duas joias raras e eternas companheiras. **FAMÍLIA: FOI POR VOCÊS QUE CHEGUEI ATÉ AQUI E É POR VOCÊS QUE SEGUIREI EM FRENTE!** Aos demais familiares, sou grato por fazerem parte da minha orgulhosa jornada de vida. Aos meus amigos, por mais que questionem minha ausência, estão sempre nos meus pensamentos. Aos colegas, fica um imenso carinho pelos anos de convivência e paciência comigo.

Agradeço ao professor Helder Rodrigues Pereira, pela segurança, dedicação, paciência e principalmente sua humildade em compartilhar seus grandes saberes na minha orientação do

trabalho científico, proporcionando um estímulo de forças internas para enfrentar os obstáculos.

Agradeço a todos os mestres que investiram na minha graduação em Psicologia: graças a vocês, hoje sou uma nova pessoa, com condições de experimentar o saber científico, com capacitação crítica e de adesão à novas ideias, um sujeito em constante transformação.

Agradeço a banca examinadora Margarete Chaves, Rafaela Ribeiro e, novamente, Helder Rodrigues que, além de aceitarem meu convite, participando desta construção científica, tanto contribuíram com seus saberes e críticas, proporcionando o enriquecimento deste trabalho e, principalmente, na internalização de conhecimentos que possibilitaram minha grande formação profissional em Psicologia.

Não posso deixar de agradecer aos pacientes que, nas condições mais humanas do ser, por mim passaram ao longo dos estágios, dispondo momentos singulares e valiosos para minha formação, me confiando algo de tão íntimo da sua existência e, ao final dos atendimentos, eram percebidos pequenos gestos de satisfação pelo Serviço de Psicologia, algo que me internalizou uma grande paixão em ser psicólogo e aumentou meu compromisso social para com o reconhecimento do sujeito nas singularidades humana. A TODOS, UM MUITO OBRIGADO!!!

“O sentimento de felicidade originado da satisfação de um impulso selvagem, não domado pelo eu, é incomparavelmente mais intenso do que aquele que resulta da saciação de um impulso domesticado”.

Sigmund Freud

## RESUMO

A formação do sujeito, a partir das pulsões sexuais infantis, encontra-se, na teoria psicanalítica, como uma força energética de manutenção do sujeito nas condições singulares de seu psiquismo. A infância é a base estrutural de sustentação dessa formação, que acompanha o sujeito ao longo de sua vida – esta é uma fase que sofre intensos atravessamentos externos, ficando registrados como conteúdos do inconsciente e que vêm à tona como lembranças que, se não forem bem elaboradas, voltarão de forma violenta futuramente. Ao tratarmos da história da infância que vem representada nas relações sociais, percebemos um mundo adulto pleno de repressões, controle, exclusão e imposições que demonstram o quanto a infância ficou por demais esquecida. Na obra sobre os Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade, Sigmund Freud elabora a desmistificação da ideia sobre a ingenuidade e a inocência da infância, demonstrando a importância de seus significados na construção do sujeito. O presente trabalho visou a elaborar uma compreensão da influência contemporânea capitalista na constituição do sujeito, que preconiza um sistema institucionalizado de padronização e universalização do sujeito idealizado.

**Palavras-chave:** Infância. Modernidade. Sexualidade. Família.

## **ABSTRACT**

The formation of the subject, on the infantile sexual drives, is, in psychoanalytic theory, such an energy force for maintaining the subject in the unique conditions of their psyche. Childhood is the structural basis supporting this training that accompanies the subject throughout his life – this is a phase that undergoes intense external crossings, getting registered as contents of the unconscious and that come up as reminders that, if not well prepared, come back violently future. Well dealing with childhood story that has represented in social relations, we perceive an adult world of repressions, controls, exclusions and charges that demonstrate how childhood was forgotten too. In work on the Three Essays on the Theory of Sexuality, Sigmund Freud elaborates dispelling the myth about the naivety and innocence of childhood, demonstrating the importance of their meanings in the construction of the subject. This study aims to develop an understanding of contemporary capitalist influence in the constitution of the subject, which advocates an institutionalized system of standardization and universalization of idealized subject.

**Keywords:** Childhood. Modernity. Sexuality. Family.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 A HISTÓRIA DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA NA SOCIEDADE.....</b>	<b>13</b>
2.1 A representação da criança na Idade Média.....	13
2.2 Os principais aspectos da infância na sociedade.....	14
2.3 A representação da família e seus vínculos afetivos.....	18
2.4 A importância da família atribuída pela religião.....	21
2.5 A família da Idade Média à família moderna.....	22
<b>3 OS REGISTROS DA MEMÓRIA NA INFÂNCIA.....</b>	<b>29</b>
3.1 A pulsão sexual como força motriz da vida e de conhecimento do ser humano.....	31
3.2 A criança e supervalorização do objeto sexual a partir do corpo.....	35
3.3 A sexualidade infantil e seus efeitos.....	38
3.4 As rupturas e o período de latência na infância.....	39
3.5 As manifestações sexuais na infância.....	42
3.6 O direcionamento ao alvo Sexual a partir da infância.....	44
<b>4 A SEXUALIDADE INFANTIL NA CONTEMPORANEIDADE.....</b>	<b>50</b>
4.1 A criança e sua evolução nas pulsões.....	52
4.2 O atravessamento externo nos contornos psíquicos da infância.....	53
4.3 A base fundamental na formação do sujeito.....	56
4.4 O saber da ciência sobre o corpo humano.....	57
4.5 O sentido de infância e sua estruturação psíquica.....	59
4.6 O controle social sobre o sujeito.....	60
4.7 A representação da infância na sociedade.....	64
4.8 A atuação psicanalítica na nova constituição de sujeito.....	66
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho gira em torno de uma análise embasada nos termos da psicanálise, tendo como princípios básicos a sexualidade infantil e os contornos pulsionais que envolvem a criança. Considerando-se a inserção e a representação da infância no ambiente social e familiar e nas relações adulto/criança e discorrendo de forma sucinta sobre a história da infância desde a Idade Média, notam-se diversos sentidos e representações que envolvem a criança no mundo dos adultos. Esse estudo vem discutir as influências externas que perpassa historicidade humana afetando a construção do sujeito, sua constituição psíquica e todo seu processo de subjetivação, podendo resultar em graves neuroses.

São excessos que atravessam o sujeito, principalmente no período da infância que é a base estrutural da existência humana: são descon siderações de uma fase de grande importância na construção do sujeito, condenado por repressões intensas que impregnam na criança, deixando marcas irreversíveis no conteúdo do inconsciente, registrado como traumas da infância, vindo à tona através das lembranças encobertas, provocando sintomas psicológicos instantâneos na criança ou vindo desencadear ao longo da vida do sujeito.

Considera-se que, desde os primeiros dias de vida, está presente no recém-nascido as pulsões sexuais e o investimento libidinal na busca de sensação prazerosa através das zonas erógenas na criança polimorfa que, segundo Freud, é a sua capacidade de sentir prazeres espalhados pelo corpo, determinando as manifestações sexuais infantis. Levando em conta o mecanismo das pulsões endógenas na criança, que são estimuladas pelo investimento libidinal, nasce o desejo de prazer que leva à satisfação nas necessidades básicas de um recém-nascido. Este processo demonstra os primeiros sinais de prazer na criança, principalmente na atividade da amamentação, onde a zona erógena oral é excitada pelo contato da boca com o seio e pela sucção do leite, o saciar com o alimento e, ao mesmo tempo, obter sensações prazerosas de afeto pelo contato com o outro e na transmissão de calor entre os corpos.

Todo esse contato com o outro leva a um prazer intenso para o recém-nascido através das manifestações das pulsões sexuais, onde o sujeito vai se constituindo através do autoerotismo na busca de exploração do próprio corpo, um encontro com o eu existente no mundo, dando condições a formação vital do sujeito desejante. Este contexto vem desmistificar a noção dos adultos sobre a sexualidade infantil, relacionando-a com os prazeres sexuais através do coito. O gozo da criança acontece nas sensações prazerosas de satisfação

pelo contato em diversas áreas do próprio corpo, pelo contato com o outro, pelos sons da fala, pelo olhar, pelos gestos e em todas as condições que possa sentir a presença do outro, sem qualquer ligação ao contexto erotizado. São nesses contornos sexuais da infância que os diferenciam do tabu sexual instituído pela interpretação do adulto: a necessidade de satisfação vai além das genitálias, direcionando o investimento libidinal por diversas áreas do corpo, denominadas zonas erógenas. A possibilidade da transição de prazeres pelo corpo, marca o início de uma das condições psíquicas do sujeito, de substituir o objeto de desejo impossível por novos alvos capazes de abrandar o excesso pulsional da libido.

O vivenciar do verdadeiro sentimento de infância é o ápice estrutural do sujeito na constituição da sua vida psíquica e, cada vez mais, vem sendo bombardeado por forças externas, atravessando a vida anímica e as condições emotivas da vida humana. A contemporaneidade é tomada pelo controle do indivíduo por um sistema social capitalista, que impera com a padronização e a universalização de um sujeito idealizado, atuando e respondendo dentro das demandas do sistema. O próprio ambiente familiar vem sofrendo grandes transformações que modificou o sentimento de infância no contexto social, considerando à criança um ser com necessidade de adaptar-se ao sistema capitalista, estando atuante e evidente no ambiente social e familiar, mas com o propósito de uma formação idealizada pelo sistema, desconsiderando as condições cronológicas e biológicas da infância.

As problematizações analisadas neste trabalho apontam para os atravessamentos externalizantes que estão impregnados nos processos endógenos na formação do sujeito, afetando seu processo de subjetivação. As influências pulsionais para o desenvolvimento psíquico do sujeito desponta com intensidade na infância, considerando-se a sexualidade infantil através das pulsões a base estrutural da vida psíquica humana, estimuladas pelo investimento libidinal nas condições singulares de cada indivíduo na busca do prazer, uma força energética para manutenção da vida. A relação da fantasia sexual infantil em interface com o discurso do adulto e a pressão social na contemporaneidade vêm canalizar as pulsões de uma forma imposta e idealizada, muitas vezes sofrendo repressões ríspidas que deixam marcas ao longo da vida do sujeito, por uma insuficiência da elaboração psíquica do real, através dos significantes do simbólico imaginário.

A criança, frente à idealização de sujeito pelo sistema social e a negação das suas manifestações sexuais, sofre com os conflitos internos pela impossibilidade da elaboração natural das pulsões, acuadas pela utopia de um sistema social capitalista institucionalizado, determinante na padronização humana e na imposição de um ideal de sujeito. A família assume um papel responsável em moldar os filhos de acordo com a sociedade moderna,

estando sob o poder absoluto do sistema capitalista o que, favorece o enfraquecimento patriarcal na instituição familiar e a desconstrução da estrutura simbólica psicanalítica na formação do sujeito.

Por meio do simbólico da psicanálise que o sujeito é capaz de estruturar-se através das manifestações intersubjetivas relacionando com o meio externo, onde o sujeito é direcionado no seu processo de desenvolvimento, canalizando as energias pulsionais da libido investindo a novos alvos sexuais, na busca do objeto de desejo e satisfação por sensações prazerosas, possibilitando a manutenção da pulsão de vida e no desenvolvimento psíquico sadio. Este trabalho tem embasamento científico na construção de dados que mostram a importância da sexualidade infantil desde os primeiros dias de vida da criança, com necessidade de uma elaboração natural das pulsões, contribuindo na formação do sujeito, que resultará na sua vida psíquica sadia.

O trabalho vem propor uma reflexão sobre os excessos externalizantes da contemporaneidade através dos avanços tecnológicos e do sistema capitalista, promovendo um controle intenso sobre a criança, com finalidades impositivas de padronização do ser humano, influente desde a infância o que, vem provocando o apagamento do sujeito no que tem de mais singular, sendo transformado em um ser institucionalizado por processos de subjetivação artificial, implantado no indivíduo pelo excesso das influências externas. A subjetividade humana deveria ser despertada por uma elaboração interna em contato com o externo, e não trazida de fora para dentro. O desaparecimento da infância é a impossibilidade da existência de sujeito, o que provoca o adoecimento psíquico de uma sociedade e a extinção daquele que a mantém.

## **2 A HISTÓRIA DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA NA SOCIEDADE**

A criança passou por várias fases de reconhecimento pelo sistema social e nas relações de vínculos familiares, continuando a vivenciar condições adversas que determinam a valorização da infância no ambiente social.

Estudos sobre a infância vêm revelar no decorrer dos séculos a representação da criança no mundo dos adultos. Ariès (2011) fez um estudo do aparecimento sentimental da infância na sociedade francesa. Como não existiam dados históricos disponíveis para a pesquisa, o autor desenvolveu este estudo através das mais variadas obras de arte, utilizando-se de historiadores da Idade Média. Um método que buscava a compreensão da criança na sociedade pela forma representada nas pinturas, esculturas e em outras imagens da época.

A história que perpassa a criança no meio social se arrasta por vários séculos, passando por transformações e manutenções hereditárias que especificam os aspectos da infância na família e na sociedade moderna – um processo de encontros e desencontros da criança com o mundo dos adultos.

### **2.1 A representação da criança na Idade Média**

Segundo Ariès (2011), até por volta do século XII, a criança não tinha reconhecimento pela arte medieval ou não era representada pela mesma. Entendendo-se que nesse momento o sentimento da infância não era explícito nas relações humanas, tendo somente os adultos como significantes representativos na sociedade.

A partir da Idade Média Ariès inicia uma investigação sobre a infância, fazendo levantamentos de como a criança estava representada nas obras de arte da época, concluindo-se que os vínculos expressos nas imagens seriam a forma de inserção da criança no ambiente familiar e social. Considerando que “no mundo das fórmulas românticas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular e sim homens de tamanho reduzido” (ARIÈS, 2011, p.18).

A sociedade da época incorporava a criança nas relações sociais como mini adultos, sendo apenas a estatura física o que a diferenciava, uma imagem que não correspondia a idade cronológica da criança que era mantida com traços, postura social e responsabilidade semelhantes às dos adultos.

## 2.2 Os principais aspectos da infância na sociedade

Através dos estudos de Ariès (2011), nota-se que por volta do século XIII, iniciou-se discretamente a representação da criança no mundo dos adultos, uma forma que se assemelha ao sentimento moderno. Em uma obra de arte um jovem é caracterizado com semblante de pureza e inocência, como se fosse um anjo, podendo ser considerado uma ligação com a espiritualidade religiosa que foi de grande importância na valorização sentimental dos aspectos da infância em relação aos adultos. Essa mudança representativa da criança a ter uma nova conotação, de expressão angelical, pode ser pelo fato de que, na época, jovens eram usados como ajudantes na missa, a criança em constante participação aos ritos religiosos da época.

Iniciava-se um novo momento da criança na sociedade; além de considerar a diferença de tamanhos, surgiram novas características expressivas que diferenciava a criança dos adultos: a expressão de um ser gracioso, com traços suaves e arredondados semelhantes aos anjos que decoravam as igrejas católicas, uma imagem celestial da pureza divina.

Com essa ligação à religiosidade, a criança assumiu uma nova imagem no contexto social. Considerando-se Ariès (2011), que conceitua a criança como um modelo do ancestral da história da arte: o Menino Jesus ou a Nossa Senhora menina, dando ênfase à afetividade familiar vinculado aos mistérios da maternidade, representado pela Virgem e ao culto de Maria: um sentimento mais realista da infância expressado pela inocência e ingenuidade da criança. Para chegar nesta conclusão foi observado em uma das obras do século XII por Ariès: “Jesus em pé veste uma camisa leve, quase transparente, tem os dois braços em torno do pescoço de sua mãe e se aninha em seu colo com o rosto colado ao dela” (2011, p.19). Uma representação da criança acolhida pelos vínculos afetivos familiares, um ser puro, frágil e dependente dos cuidados de um adulto se envolvendo no aconchego familiar.

Ariès (2011) escreve sobre a terceira forma da representação da criança na sociedade, expressada nas obras de arte da fase gótica com a imagem de uma criança nua e assexuada, mantendo um padrão que era representado pela interferência religiosa com as características de pureza e inocência da infância. Uma comparação ao nascimento de Jesus e sua infância sagrada, um anjo na sua pureza celestial, traz a criancinha nua e, de expressões suaves a Virgem Maria, a pureza da alma de Jesus. O termo “criancinha nua”, trazia uma concepção do sentimento de pureza existente na criança, um ser sem qualquer vestígio da perversão sexual, sendo de responsabilidade dos adultos evitar qualquer contaminação libertina.

Com toda influência da representação religiosa e a forma com que a criança era

interpretada pela sociedade, criava-se uma comunicação entre as pessoas e a necessidade de a criança ter o seu lugar no meio social, simbolizando algo do divino, como a entrada da alma no adulto, um marco da passagem que segundo Ariès (2011, p.20), define-se: “a criação da alma humana pela natureza”, como explica a citação:

Durante o século XIV e sobretudo durante o século XV, esses tipos medievais evoluíram, mas no sentido já indicado no século XIII. Dissemos que o anjo-adolescente animaria ainda a pintura religiosa do século XV, sem grande alteração. Por outro lado, o tema da infância sagrada, a partir do século XIV, não deixaria mais de se ampliar e de se diversificar: sua fortuna e sua fecundidade são um testemunho do progresso na consciência coletiva desse sentimento da infância, que apenas um observador atento poderia isolar no século XIII, e que não existia de todo no século XI (ARIÈS 2011, p.20).

Nos transcritos anteriores, discorre sobre as transformações ocorridas nas representações da criança no meio social, transitando de acordo com a interpretação cultural da época e nas relações interpessoais. A criança assume um lugar único na sociedade, representando a alma pura que chega para agradecer o mundo dos adultos através dos vínculos afetivos familiares, envolvidos por sua característica graciosa com aspectos angelicais de inocência sentimental da infância tênue. Momento este, que marca o viver ideal para a criança, se aninhando no colo da mãe, encontrando o alimento para a manutenção da vida, recebendo cuidados necessários para seu desenvolvimento e mimos satisfatórios, estando sempre sob o olhar dos adultos. A criança encontra com o mundo da infância idealizado pelos adultos e nas brincadeiras tradicionais, destaque-se permitindo a elaboração do sentimento infantil como cita o autor:

Esses traços de realismo sentimental tardaram a se estender além das fronteiras da iconografia religiosa, mas não nos devemos surpreender com isso: sabemos que o mesmo aconteceu com a paisagem e com a cena de gênero. A verdade é que o grupo da Virgem com o menino se transformou e se tornou cada vez mais profano: a imagem de uma cena da vida cotidiana (ARIÈS 2011, p. 20).

Notam-se que as influências culturais idealizavam um modelo padrão de infância embasado no mundo dos adultos, mas no momento que a criança depara com este mundo e nele se insere, suas elaborações também passam pertencer ao mesmo, sendo invadida por uma ideologia dos adultos. As representações nas obras de arte durante a Idade Média, expressavam um sentimento de infância vinculado ao adulto, sendo modificadas por um novo modelo, buscando feições da vida do cotidiano da criança e a relação entre elas, marcando a importância do mundo infantil.

A criança além de passar a ter um espaço próprio no mundo dos adultos, também era

um sujeito em atividade na vida social, não estando mais somente no ventre familiar e nas diferenciações de gêneros. A criança ocupa o meio dos adultos, estando presente em diversas ocasiões nas relações sociais, um sujeito em atividade, participando do cotidiano da vida adulta, convivendo no meio social entre multidões, aprendendo com os costumes culturais e com o trabalho dos adultos. Ariès (2011) também destacava a criança nas escolas, fato do século XIV que vem permeando a infância na modernidade, uma forma de inseri-la no sistema social e na preparação para se tornarem adultos, melhor esclarecido pelo autor na citação:

Mais uma vez, não nos iludamos: essas cenas de gênero em geral não se consagravam a descrição exclusiva da infância, mas muitas vezes tinham nas crianças suas protagonistas principais ou secundárias. Isso nos sugere duas ideias: primeiro, a de que na vida quotidiana as crianças estavam misturadas com os adultos, e toda reunião para o trabalho, o passeio e o jogo reunia crianças e adultos; segundo, a ideia de que os pintores gostavam especialmente de representar a criança por sua graça ou por seu pitoresco (o gosto do pitoresco anedótico desenvolveu-se nos séculos XV e XVI e coincidiu como sentimento da infância “engraçadinha”), e se compraziam em sublinhar a presença da criança dentro do grupo ou da multidão (ARIÈS, 2011, p.21).

Nas considerações de Ariès (2011), a primeira ideia exposta sobre a criança participativa no mundo dos adultos não condiz ao modelo do século XIX que segundo o autor, ao longo dos tempos, foram ocorrendo a separação do mundo infantil do mundo dos adultos. Esta transição possibilitou uma segunda ideia da criança no meio social, persistindo ao passar dos tempos, apresentando como sentimento da infância um ser de imagem pitoresca “a criança engraçadinha”, diferenciando-a do mundo dos adultos, aspectos que podem ser vistos na atualidade.

Se observar na contemporaneidade, percebe-se uma forma mascarada do mundo da infância, constituído por misturas de representações históricas que permanecem na contemporaneidade, uma invasão do sentimento de infância pelo idealismo dos adultos. Percebe-se na atualidade que para a criança ser “engraçadinha”, ela precisa ter os aspectos de adulto até mesmo na maneira de se vestir, ser um sujeito ativo respondendo ao consumo do sistema capitalista, com responsabilidades fora das suas condições cronológicas e fisiológicas, se voltando para a representação da criança mini adulto do século XIII.

A criança da atualidade assume diversos compromissos, se responsabilizando por eles como se fossem adultos e conseqüentemente se afasta de forma precoce do ventre familiar. Com isso, percebe-se na atualidade que, a criança vivencia uma mistura das ideias concebidas por Ariès (2011) através de suas pesquisas de como era representado o sentimento da infância

durante a Idade Média, uma herança de costumes e cultura que deixam registros marcantes na sociedade atual.

O próprio autor relata que o afastamento do ventre familiar acontecia durante a Idade Média pelo fato da dificuldade de sobrevivência da criança. Na atualidade só muda a decorrência deste afastamento, mas ainda é uma necessidade social e familiar, para a formação adequada das crianças em adultos e a própria falta de tempo dos pais que se dedicam ao trabalho respondendo ao sistema capitalista.

Esse afastamento se dá por uma necessidade de as pessoas lidarem com a perda, não se apegando a algo que pode ser incerto de posse no futuro, a busca de garantir aos filhos um ideal de sujeito e até mesmo suprir os desejos frustrados dos pais, como uma última esperança de realiza-los. Na Idade Média acontecia pela dificuldade de sobrevivência das crianças e na atualidade acontece pela necessidade de criar o filho para o mundo, sendo um adulto produtivo e consumista, exigência de uma sociedade capitalista. Este costume foi considerado por Ariès (2011) como uma forma de amenizar ou até mesmo extinguir qualquer tipo de sofrimento pela perda do filho que, na atualidade ocorre na busca de evitar o sofrimento do sujeito pelo desprazer, onde os pais fazem de tudo para satisfazer os filhos.

Na perspectiva contemporânea pode haver muitas outras heranças mantidas por um processo histórico da humanização, como o da imagem da criança como um ser pitoresco, “engraçadinha”, servindo aos adultos como uma diversão “um passa tempo”, sempre num contexto característico de mini adultos. Uma confusão da infância com o mundo dos adultos, momentos em que elas fazem parte desse mundo do sujeito ativo e outros que são inúteis para o sistema, ficando de fora do contexto social. A criança é valorizada quando serve de espetáculo para os adultos atuando de acordo com o sistema capitalista, como visto na mídia atual, onde ela fará sucesso somente se for “engraçadinha” ou por incentivar o consumismo.

A criança por ser um sujeito dependente que necessita de tempo, cuidados e investimentos financeiros altos para sua criação, de acordo com o sistema social capitalista, vem sendo um dos grandes motivos de alguns pais optarem por poucos filhos. Se a formação da criança não responde ao sistema, garantindo no futuro um ideal de sujeito, ela será excluída do sistema por não ter correspondido a demanda do mesmo. Esta idealização demandada pela atualidade capitalista vem transformando a criança num sujeito de consumo. O sentimento da infância é desconsiderado e sem importância como base estrutural do futuro adulto, importando apenas com sua formação idealizada pelas influências externas, por uma necessidade social e cultural participativa na forma de se comunicarem no decorrer das gerações.

É notado que se repete o contexto da Idade Média, percebendo-se a criança moderna como mini adultos, perdendo as características do sentimento infantil como base estrutural do sujeito e inserindo-a precocemente no mundo dos adultos. A criança de hoje se veste como adultos, possui uma agenda imensa de compromissos, com responsabilidades além do suportável para sua idade, são diversas as atividades que faz desaparecer a infância em função dos padrões de um sistema capitalista, contando com uma educação integral, aulas de línguas, música, dança, informatização e outras coisas a mais que vão afastando os vínculos afetivos da humanização para uma era tecnológica, humanos individualizados que respondem as máquinas e se comunicam através das mesmas, alimentando o sistema social capitalista que atravessa o sujeito no que tem de mais subjetivo, provocando um sofrimento psíquico por acreditar que pode possuir tudo e na maioria da vezes deparar com nada, onde não se vê sentido nem na sua própria existência.

Esta perda das fantasias infantis, faz parte da vivência de uma realidade contaminada por ofertas alienantes do capitalismo e de imposições ideológicas instituídas no meio social para sustentar este sistema, podendo interferir na base estrutural da construção do sujeito, provocando o adoecimento psíquico de muitos adultos por não viverem as fantasias da infância que são inundadas pelo mundo dos adultos. A criança muito precocemente é obrigado a vivenciar como um sujeito produtivo e consumista para que possa estar inserido na sociedade institucionalizada.

Por mais que o reconhecimento da infância tomou consistência no mundo dos adultos, nota-se apenas um compromisso de responsabilidade dos adultos para com a criança, desde que esteja inseridas no contexto social de acordo com a demanda capitalista. A criança se destaca no meio social por ser um sujeito em atuação, inserida no mundo dos adultos como servidor do sistema capitalista, suas fantasias infantis aqui não têm lugar e se misturam com o imaginário adulto, atropelando a fase do sentimento infantil, constituindo-se em um sujeito alienado pelo desejo do outro, um outro sádico que mantém o indivíduo escravo desse desejo.

### **2.3 A representação da família e seus vínculos afetivos**

Ao longo dos tempos, as pessoas vêm dando grande importância aos seus grupos de interação, focando em objetivos comuns e se organizando para se fortalecerem diante das condições a serem enfrentadas na vida.

Segundo Ariès (2011), a partir do século XVI, aconteceu grandes transformações na iconografia de vida das pessoas, dando importância à representação familiar e às passagens

das fases da vida, consideradas como os “degraus de uma pirâmide que subia do nascimento à maturidade, e daí descia até a velhice e a morte” (ARIÈS 2011, p.134), surgindo a necessidade de manutenção da linhagem.

A ideia de família do século XVI, mencionado, por Ariès (2011), consiste em manter a vida através da hierarquia da família, mantendo vivo a linhagem familiar por gerações e gerações, se declinando até a morte, ressurgindo na base da pirâmide às novas gerações. A família assume um grande papel na constituição humana, produzindo e mantendo a sociedade através dos seus membros familiares.

Antes do século XVI, as famílias eram representadas sem muitos vínculos afetivos, demarcadas pelo tradicionalismo e por cenas de gênero fragmentadas, mesmo no conjunto da imagem, ficando evidente a classificação de poderes dos membros familiares, como destaca Ariès (2011): as representações em pinturas, esculturas e gravuras da época, continham pessoas agrupadas, mas não passavam nenhuma afetividade entre elas. Essas obras eram voltadas aos aspectos religiosos e muitas vezes serviam para decorar igrejas e ao passar dos tempos, os vínculos religiosos enfraquecem, ocorrendo grandes transformações na representação familiar retratando o seu cotidiano, como cita o autor:

Esses quadros não se destinavam mais às igrejas, decoravam agora os interiores particulares. E essa laicização do retrato de família é certamente um fenômeno importante: a família se contempla ela própria na casa de um dos seus parentes. Sente-se a necessidade de fixar o estado dessa família, lembrando-se também às vezes os desaparecimentos através de uma imagem ou uma inscrição na parede (ARIÈS, 2011, p.139-140).

Estas representações deixam de ser pessoas somente agrupadas e passam a expressar um sentimentalismo recíproco de união afetiva e das atividades cotidianas da família, sendo observados e interpretados através de gestos explícitos nas imagens, que certamente dão a entender uma relação afetiva familiar.

Ariès (2011) considera que, pela metade do século XVII, as imagens posicionadas dos grupos de pessoas passaram a tratar-se de ilustrações do cotidiano familiar. A família foi considerada como idade viril da vida, por serem sujeitos em plena atividade de produção, representada nas gravuras que retratavam cenas de um contexto que já assimilava o espírito do sentimento familiar do século XIX, com suas produções através do trabalho em conjunto com os adultos.

As imagens de convivência em família, cada vez mais, se tornaram comuns, dando ênfase à valorização da criança inserida neste contexto. “O sentimento da família, que emerge

assim no séculos XVI – XVII, é inseparável do sentimento da infância” (ARIÈS 2011, p.143). O autor também concluiu que, pela análise iconográfica nos tempos medievais o sentimento familiar era desconhecido, nascendo no século XV – XVI e se afirmando no século XVII. Ideia que parte das observações de obras históricas da Idade Média, estudos estes que possibilitaram concluir-se:

A ideia essencial dos historiadores do direito e da sociedade é que os laços de sangue não constituíam um único grupo, e sim dois, distintos embora concêntricos: a família ou *mesnie*, que pode ser comparada à nossa família conjugal moderna, e a linhagem, que estendia sua solidariedade a todos os descendentes de um mesmo ancestral. Em sua opinião, haveria, mais do que uma distinção, uma oposição entre a família e a linhagem: os progressos de uma provocaria o enfraquecimento da outra, ao menos entre a nobreza. A família ou *mesnie*, embora não se estendesse a toda linhagem, compreendida, entre os membros que residiam juntos, vários elementos, e, às vezes, vários casais, que viviam numa propriedade que eles se haviam recusados a dividir, segundo um tipo de posse chamado *frereche* ou *fraternidade*. A *frereche* agrupava em tornos dos pais os filhos que não tinha bens próprios, os sobrinhos ou primos solteiros. Essa tendência à indivisão da família, que aliás não durava além de duas gerações, deu origem às teorias tradicionais do século XIX sobre a grande família patriarcal (ARIÈS, 2011, p.143).

O autor esclarece consequências evolutivas da família conjugal moderna, não somente por laços consanguíneos e sim por vínculos afetivos dos membros familiares, o que enfraqueceu a linhagem sendo reduzida a poucas gerações e aumenta a divisão patrimonial entre outros membros de convivência familiar. Segundo (ARIÈS 2011, p.145), “...o sentimento da família está ligado a casa” e não à sua linhagem consanguínea de poucas gerações.

A família se configurou a partir do século XVI, como uma instituição com grande poder paterno, onde o autor considera:

Enquanto se enfraqueciam os laços da linhagem, a autoridade do marido dentro de casa tornava-se maior e a mulher e os filhos se submetiam a ela mais estritamente. Esse movimento duplo, na medida em que foi o produto inconsciente e espontâneo do costume, manifesta sem dúvida uma mudança nos hábitos e nas condições sociais... (M. PELOT, 1955, *apud* ARIÈS, 2011, p.146).

Ariès (2011) atribuiu à família o valor que antes foi atribuído à linhagem, tornando-a célula principal na constituição da sociedade, estando como base de apoio ao Estado que era de grande poder monárquico. A família toma um lugar de mediadora da sociedade para com o Estado, com responsabilidades de promover relações sociais de acordo com o sistema institucionalizado, para que os seus membros pudessem estar inseridos na sociedade.

## 2.4 A importância da família atribuída pela religião

Ariès (2011) discorre sobre a influência da religião no contexto familiar durante a Idade Média que, trazia o sacramento do casamento como uma possibilidade de enobrecer a união conjugal, dando um valor espiritual à família. Mas a intenção era apenas de legitimar a união conjugal, pelo fato de que os padres condenavam o sexo como impuro e o casamento seria a única alternativa aceitável diante da Igreja para a fraqueza da carne, inserindo na relação sexual o objetivo comum para a procriação. O casamento era uma forma de o homem se santificar mesmo com o sexo na relação conjugal, deixando de ser pecado.

A família, que se forma pela união conjugal através do sacramento do matrimônio, torna-se algo sagrado pela Igreja, tendo em seus frutos (a criancinha), sinônimo de pureza e ingenuidade, trazendo ao seio da família as características de um ser celestial, semelhante aos anjos. Mas a criança angelical têm grandes deveres com seus pais: sob uma educação rígida na família com grande influências religiosa, tendo-a como a mediadoras da Sagrada Família, segundo Ariès (2011). A criança era responsável pelas preces em família em função das suas purezas e rigidamente submissas as ordens do pai, o patriarcal e todo poderoso o líder familiar.

Para que a família pudesse oferecer uma educação padronizada na época, eram disponibilizados manuais com regras de educação incisivos na formação da criança, sendo modelada por uma imposição dos adultos sem a mínima importância que ali existia um sujeito singular em construção, com necessidades de vivenciar o sentimento de infância na naturalidade da sua essência, sem o atravessamento do sentido imposto pelos adultos. “O manual de Courtin de 1671 termina o dia da criança da seguinte maneira: Ela deverá recitar suas lições, dizer boa noite a seus pais e mestres, fazer suas necessidades, e deitar-se na cama para dormir” (ARIÈS 2011, p.149). Pode-se considerar um costume educacional mantido até os dias de hoje, como uma forma de adestramento da criança para responder os padrões sociais.

No aspecto religioso, a família devia se enquadrar numa idealização imposta, mantendo os princípios associados à família de Cristo, como cita Ariès (2011) no modelo das pinturas da Sagrada Família, a Virgem o Menino Jesus e São José, onde o poder patriarcal vem em primeiro plano na representação familiar, como esclarece a citação:

A autoridade de São José pode ser notada em várias cenas: numa tela de um pintor napolitano do século XVII, São José carrega o Menino Jesus no colo e passa assim para o centro da composição. Esse tema é frequente em Murilo e Guido Reni.

Algumas vezes, José aparece reinando em seu ateliê de marceneiro, ajudado pelo Menino Jesus (ARIÈS, 2011, p.151).

A Sagrada Família inspirou o mesmo sentimento das famílias retratadas por historiadores medievais, como coloca (ARIÈS, 2011, p.151), “...evidentemente ligado ao sentimento da infância e da família”. A criança somente foi representada no contexto familiar e nas suas atividades domésticas, como partes da família e nunca um sujeito que pudesse vivenciar singularmente a fase do sentimento da infância.

## **2.5 A família da Idade Média à família moderna**

A partir da Idade Média, a família vem se contextualizando através dos vínculos afetivos, não importando somente com as ligações consanguínea e sim com todos os membros que possuem afinidades entre si. Um marco do sentido familiar foi quando a criança teve seu lugar nesse contexto, levando em consideração o sentimento da infância que, segundo Ariès (2011), teve consistência a partir do século XVIII, onde estavam presentes no seio familiar e representado nas suas atividades individuais. Mesmo assim, a criança não tinha somente uma vida de envolvimento familiar, Ariès (2011) menciona, que mesmo com o reconhecimento da criança no ambiente familiar, aos sete e nove anos de idade, era decidido pelos pais separá-las do convívio com a família, sendo inseridas no mundo dos adultos na busca de uma formação civilizada. Tanto meninas como meninos eram enviados para outras casas como aprendizes, fazendo todo tipo de serviço doméstico, permanecendo até entre cerca de 14 ou 18 anos.

Observa-se que em todos os tempos há uma tentativa precoce das pessoas inserir a criança no mundo dos adultos. Aspectos esses que podem ser vistos por todos os tempos até a contemporaneidade, onde a criança perde sua fase de desenvolvimento pelas elaborações das fantasias infantis, assumindo compromissos reais como se fosse adultos, diferenciada apenas pela estatura fisiológica. A própria família coloca a criança nesse lugar de mini adulto, um ser “engraçadinho” que se destaca por se comportar como adulto. Vestindo-se como o mesmo, com agenda cheia de compromissos e responsabilidades, não respondendo ao mundo da infância e sim ao mundo dos adultos. São pequenos sujeitos em formação, sobrecarregados psiquicamente para dar conta de grandes pressões externas.

É uma questão a se refletir de como esta base de construção do sujeito está sendo preparada, para futuramente ter o reconhecimento de sua própria existência. Considerando que o desaparecimento da infância acontece naturalmente e de forma precoce. A criança adota as características de um adulto em miniatura, por um processo que atravessa esta fase

importante na construção do sujeito, cada vez mais estimulada pelo meio social e, conseqüentemente, pelos pais, que não percebem o que estão fazendo com seus filhos e mais tarde, esses pais não reconhecerão o próprio produto da sua criação, o que está acontecendo na contemporaneidade: pais que não compreendem as atitudes dos filhos, principalmente na adolescência.

Ariès (2011) considera que, por mais que na Idade Média a vivência com a família não era constante, não significava a falta do amor familiar, mas a necessidade do afastamento dos filhos para que eles tornassem adultos ideais para a sociedade, uma repetição na família moderna, buscando educar seus filhos para servir a demanda instituída na sociedade capitalista. Conforme abaixo:

A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. No caso de famílias muito pobres, ela não correspondia a nada além da instalação material do casal no seio de um meio mais amplo, a aldeia, a fazenda, o pátio ou a “casa” dos amos e dos senhores, onde esses pobres passavam mais tempo do que em sua própria casa (às vezes nem ao menos tinham uma casa, eram vagabundos sem eira nem beira, verdadeiros mendigos). Nos meios mais ricos, a família se confundia com a propriedade do patrimônio, a honra do nome. A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem (ARIÈS, 2011, p.159).

A família se constitui voltada inteiramente para os valores morais, sociais e no acúmulo de riquezas, deixando de lado as questões sentimentais da singularidade humana, o que não diferencia muito da atualidade, onde a criança desde pequenina está sendo adestrada para servir à sociedade capitalista. A todo momento, o sujeito, para significar sua própria existência, é cobrado a se padronizar numa formação incisiva de cidadão muito além do referencial familiar, respondendo ao contexto social de status econômico que possam servir ao capitalismo. Na atualidade, os próprios pais não se colocam mais para os filhos como exemplo de identificação, buscando neles uma realização do seu próprio desejo não atingido, um desejo alienado pela cobrança do sistema social, que atravessa toda família na busca da formação de um ideal de sujeito civilizado.

A família perde a essência sentimental e afetiva dos seus membros, não importando com a singularidade das questões emocionais de cada um, Tudo isso, em função das influências externas que atravessam o sujeito, produzindo no mesmo a falta de reconhecimento da sua existência. Os pais não são mais exemplos de identificação para os filhos, porque a criança tem a obrigação de servir o sistema e não os pais, sendo atuante no ambiente externo, buscando a formação idealizada e padronizada incluso no contexto social

como normas universais de civilização. Sendo assim, a criança no processo de desenvolvimento, vai buscar sua identidade fora do contexto familiar e, muitas vezes, encontra somente um vazio e a falta de resposta para a própria existência, se perdendo num universo carente de vínculos sentimentais, uma das grandes necessidades para o equilíbrio psíquico do sujeito.

A criança da Idade Média era afastada do aconchego familiar para ser educada por estranhos, o que marcava a passagem para vida adulta, considerando que no externo encontraria uma melhor formação. A partir do século XV, com toda transformação que aconteceu, determinou-se o sentimento de família de forma aglutinada e com vínculos afetivos, mas com o surgimento das escolas como responsáveis pela educação, acontece um novo marco de um sistema extrafamiliar, sendo responsabilizado na formação da criança em adultos civilizados.

Por mais que Ariès (2011) considera a evolução familiar ao longo dos tempos, mas parece uma forma mascarada deste processo evolutivo, notando-se até os dias de hoje a desaparecimento da infância e a necessidade social em afastar os filhos das famílias, para uma melhor educação, através de uma formação idealizada pelo sistema social capitalista. Um fator que se repete na contemporaneidade, considerando o conhecimento externo um determinante na construção do sujeito, sem se importando com o sentimento familiar afetivo entre seus membros.

Na realidade contemporânea percebe-se os filhos sendo criados de acordo com a demanda do mundo externo. Um fator que favorece cada vez mais a fragmentação familiar, um processo de alienação pelos desejos em obter o objeto, impossibilitando ao sujeito o reconhecimento existencial, se perdendo no vazio do universo, ficando a serviço do sistema social institucionalizado. Ariès (2011), considera que em todo processo histórico a criança somente será um adulto ideal para sociedade se houver a interferência externa, distanciando os vínculos sentimentais dos membros familiares em função da socialização pelo domínio individual do sujeito.

[...] surge como a história da emersão da família moderna acima de outras formas de relações humanas que prejudicavam seu desenvolvimento. Quanto mais o homem vive na rua ou no meio de comunidades de trabalho, de festas, de orações, mais essas comunidades monopolizam não apenas seu tempo, mas também seu espírito, e menor é o lugar da família em sua sensibilidade. Ao contrário, se as relações de trabalho, de vizinhança, de parentesco pesam menos em sua consciência, se elas deixam de aliená-lo, o sentimento familiar substitui os outros sentimentos de fidelidade, de serviço, e torna-se preponderante ou, às vezes, exclusivo. Os progressos do sentimento da família seguem os progressos da vida privada, da intimidade doméstica. O sentimento da família não se desenvolve quando a casa está muito aberta para o exterior: ele exige um mínimo de segredo (ARIÈS, 2011, p.164).

Um dos grandes fatores da individualização dos sujeito é o distanciamento sentimental da família e a necessidade de inserção numa sociedade competitiva, que atropela a singularidade humana em função do sistema capitalista. O sujeito é privado das suas próprias questões psíquicas para enquadrar aos padrões sociais, o sentimentalismo familiar, é substituído pela comunicação social, onde o Estado assume o poder patriarcal, simbolicamente o “Grande Pai”, que antes mesmo de proporcionar o direito aos cidadãos, requer que os mesmos sejam seus servidores, de acordo com sua demanda, não se importando com a singularidade humana.

O Estado atravessa o sentimento da família, utilizando-se da mesma, como um instrumento para modelar seus filhos nos arquétipos sociais, se não encaixarem nesses padrões são excluídos pelo sistema. O Estado assume um papel de autarquia familiar, de direitos e deveres, mas falha com seus filhos, não garante uma formação civilizada que leva em conta as questões singulares da humanidade e importância dos vínculos afetivos nas relações interpessoais. O interesse é formar cada vez mais cidadãos competitivos e individualistas, desconsiderando um dos principais fatores na construção do sujeito, que é a identificação com o outro por vínculos afetivos. O indivíduo se desorienta num mundo externo de múltiplas referências, o que impossibilita o seu encontro com um significante de representação sustentável às suas condições específicas, ficando deslocado a serviço das idealizações externas, perdendo-se na própria existência do ser civil embasado no sistema capitalista.

A palavra “civil” era quase sinônimo de nosso “social” moderno: um ser civil era um ser social, A palavra “civilidade” corresponderia aproximadamente ao que hoje entenderíamos por “conhecimento de sociedade”, mas a correspondência já é menos perfeita. De fato, nos séculos XVI e XVII, a civilidade era a soma dos conhecimentos práticos necessários para se viver em sociedade, e que não se aprendia na escola. Sob o nome mais antigo de *courtoisie*, a civilidade já existia numa época em que a escolaridade era reservada unicamente aos clérigo (ARIÈS, 2011, p.169).

Na contemporaneidade o ser civil voltou-se a ficar interligado com o social, sendo considerado civilizado se o sujeito aderir ao sistema capitalista. O sujeito não é mais um ser de naturalidade singular, mas um produto do sistema social constituído por processos alienantes que responde a demanda instituída pelos costumes sociais. O sujeito perde sua singularidade em função dos valores sociais idealizados, sendo transformado num ser social independente dos sentimentos intersubjetivos que, nos estudos de Ariès (2011), vem identificando a singularidade humana um grande pecado, lesando a sociedade no dever do cidadão em manter o desejo do grupo.

Deve-se sempre manter a dignidade com os criados (alguns “soberbos” estão sempre repreendendo seus criados e mantendo toda família em perpétuo rebuliço), e na rua, onde o passo não deve ser nem precipitado nem muito lento, e onde nunca se deve olhar fixamente para os passantes (ARIÈS, 2011, p.172-173).

Reflexo que mantém na sociedade atual, onde devemos andar de acordo com a maioria alienada pelo sistema institucionalizado, mas agora não existe um único tratado de boas maneiras como na Idade Média. O Estado, juntamente com o sistema capitalista, assume esse tratado de boas maneiras, adestrando o sujeito de acordo com suas ideologias. Mas o que acontece é que o sistema não é capaz de suprir a formação subjetiva e nem mesmo as demandas sociais, dificultando a identificação do sujeito com um outro representativo, porque esse outro apenas impõe o que deve ser cumprido, mesmo não sendo elaborado pelo sujeito. Como cita (ARIÈS, 2011, p.174), “os bons pedagogos ensinam não apenas as letras as criancinhas, mas também os bons costumes e as maneiras decentes”. As boas maneiras, na visão social, não levam em consideração a singularidade do sujeito. Desde criança acontece o atravessamento por um sistema social instituído, que vai modelando o sujeito em formação de um modo padronizado de cidadão.

Aos modelos dos tratados da civilidade tradicional, como observou Ariès (2011) em seus estudos, as crianças da época eram moldas a comportarem como adultas, com uma educação impecável, onde os mestres utilizavam de manuais de boas maneiras impondo um padrão educacional, se alguma criança fugisse das regras era de obrigação dos pais castigá-las, fazendo com que refletisse sobre o mal comportamento, seja ele em qualquer ambiente de convivência, era de obrigação das crianças comportarem-se como adultos civilizados.

Na segunda metade do século XVII, Ariès (2011) relata a responsabilidade da família de educar as crianças para um comportamento de boas maneiras, desvinculando de um dever dos mestres ou de adultos fora do convívio familiar.

Contudo, esses traços quase modernos da educação familiar não diminuíram o sucesso dos tratados de civilidade tradicionais, pois a concentração da família em torno das crianças ainda não se opunha aos antigos hábitos de sociabilidade: os próprios educadores reconheciam que o “comércio do mundo” continuava a ser essencial (ARIÈS, 2011, p.177).

Mesmo com essa responsabilização da família para com a educação citada pelo autor, o que ainda percebe-se na atualidade é a resistência desses traços herdados do passado de uma educação tradicionalista, que embasa em uma idealização educacional na formação do sujeito pela influência da institucionalização do externo.

A sociedade contemporânea mantém muitos traços tradicionais da sociedade medieval.

Segundo Ariès (2011), até mesmo a forma de habitação influenciou na vida familiar e no sentimento da infância, onde a família burguesa foi colocada como exemplo de um padrão familiar social. Isso ocorreu pelo fato de que a família burguesa possuía enormes casas e muito habitadas, tanto por membros da família, quanto por seus servos, o que facilitavam as relações interpessoais, produzindo exemplos de cidadãos com capacidade de se relacionarem.

Este exemplo de família burguesa deixa vestígios na contemporaneidade, onde permanece a ideia de que as crianças pobres precisam ter contatos com famílias exemplares (família burguesa), a sociedade idealizadora, para que se moldam em cidadãos sociais dentro dos padrões instituídos. O reconhecimento do sujeito social na atualidade é aquele que ocupa grande status econômico e possa responder ao sistema capitalista de consumo.

A necessidade do afastamento da criança de sua família na Idade Média para sua formação como adulto, através da socialização nas grandes famílias burguesas se arrasta ao longo dos tempos e se repete na atualidade, mudando apenas a maneira de ocorrer o distanciamento da criança com a família. A criança de hoje, como servidora de um sistema social capitalista, vem abandonar o sentimento afetivo familiar para vivenciar a cobrança do meio externo, buscando uma formação especializada e nos padrões deste sistema atravessador da intersubjetividade, produzindo um sujeito frágil para lidar com os próprios conflitos psíquicos.

Segundo Ariès (2011), todo esse processo da contextualização da família no sistema social da Idade Média, proporcionou a perda da verdadeira essência do sentimento de família e da infância, onde as relações entre o mundo infantil e o mundo dos adultos não possuiu barreiras, misturando como se fosse um único mundo de relações interpessoais, não se importando com as diferentes fases vividas pelo sujeito até à idade adulta, foi um momento percussor na tentativa de transformação no contexto familiar. “No século XVIII, a família começou a manter a sociedade a distância, a confina-la a um espaço limitado, de uma zona cada vez mais extensa de vida particular” (ARIÈS, 2011, p.184). A família assume uma posição privada, na tentativa de se proteger do externo, mantendo a intimidade familiar, dando mais valor as relações internas. O sentimento da infância torna-se mais evidente, havendo grande preocupação pelos pais com os cuidados necessários com os filhos, fortalecendo os laços familiares.

Nota-se que os estudos mostram evoluções nas representações da família na sociedade, mas analisando minuciosamente é percebido poucas mudanças e a essência humana do sentimento de família e da infância continuam sem importância para a sociedade. A família contemporânea mantém os resquícios ideológicos da época passada, misturado com a invasão

excessiva de influências exteriores que atravessa o processo construtivo do sujeito. Vivencia-se na atualidade a tentativa de manter o modelo de família do século XVIII, mas a sociedade capitalista atravessa a instituição familiar, posicionando como a família burguesa da Idade Média com o poder patriarcal e de exemplo na formação do sujeito idealizado. A valorização do indivíduo social deve se enquadrar nos padrões globalizado do domínio tecnológico, uma extrema necessidade até mesmo para se comunicar com o outro.

Nesse momento ocorre a perda dos vínculos afetivos familiares e a desvalorização da infância, as crianças não são mais dos cuidados dos pais de forma privada e passam serem responsabilidade do Estado e servidores do sistema social capitalista. As leis Estatais impõe regras a serem cumpridas, padronizadas a uma maioria que se encaixam no sistema social, agora o sujeito de importância social é aquele que produz e consome, com isso, surge a necessidade e obrigação das crianças, desprenderem do ambiente familiar precocemente para assumirem um compromisso com a sua formação como cidadão social idealizado pelo sistema atual.

Ariès (2011) retratou a evolução da família medieval à família do século XVIII, considerando-se:

Essa evolução da família medieval para a família do século XVIII e para a família moderna durante muito tempo se limitou aos nobres, aos burgueses, aos artesãos e aos lavradores ricos. Ainda no início do século XIX, uma grande parte da população, a mais pobre e mais numerosa, vivia como as famílias medievais, com crianças afastadas da casa dos pais. O sentimento da casa, do *chez soi*, do *home*, não existia para eles. O sentimento da casa é uma outra face do sentimento da família. A partir do século XVIII, e até nossos dias, o sentimento da família modificou-se muito pouco. Ele permaneceu o mesmo que observamos nas burguesias rurais ou urbanas do século XVIII. Por outro lado, ele se estendeu cada vez mais a outras camadas sociais (ARIÈS, 2011, p.189).

O sentimento de família é de extrema importância para formação do sujeito, voltado para a singularidade intersubjetiva do ser humano, mas como já citado por Ariès (2011) a singularidade humana lesa a sociedade, sendo assim, o Estado interfere atravessando o sentimento familiar, fazendo com que a família seja seu instrumento na produção de cidadãos idealizados e servidores do sistema capitalista. Um formato semelhante a socialização da infância na Idade Média, a criança como aprendiz do adulto especialista, assumindo precocemente responsabilidades de adulto, ou seja, crianças que atuam como mini adultos para tomarem o lugar de sujeito úteis ao sistema capitalista institucionalizado e são esses atravessamentos que acontecem na infância, registrados no conteúdo do inconsciente que, poderão desencadear graves neuroses tanto na criança, quanto na fase adulta do sujeito.

### 3 OS REGISTROS DA MEMÓRIA NA INFÂNCIA

Pouco se lembra da infância e mesmo o que vem à tona são vestígios de uma vivência da época, considerado por Freud como, “[...] um vínculo associativo entre seu conteúdo e outro que está recalçado, elas podem fazer jus ao nome de *lembranças encobridas* (1996, p.59)”. Uma lembrança que surgiu de forma desfigurada, não representando a realidade vivenciada.

Freud (1996), vem dizer que o sujeito não recorda o registro da memória nos primeiros anos de vida, mas permanece como conteúdo recalçado no inconsciente e, a partir desse conteúdo, o sujeito vincula representações, construindo-se de forma significativa uma nova realidade de pensamentos com ligações àquela memória encobrida da infância, por mais que haja sua repressão no inconsciente, a memória encobrida produz vestígios ao representar o real, decorrente das impressões do significante.

Lacan (1995), vem dizer que nos primeiros anos de vida, acontece uma dependência excessiva do sujeito, que se mantém numa posição de objeto de desejo do outro. Um resultado da relação alienante do processo psíquico no recém-nascido, tomando um lugar de extensão do corpo da mãe. Esse processo será desconstruído com o reconhecimento do próprio corpo pela criança, completando com a interposição do Grande Outro, fazendo a separação do Eu com o outro na relação imaginária, dando lugar a existência do Eu, um processo de supressão do inconsciente na relação dual. O sujeito passa a dar conta de sua existência, com condições de elaborar a realidade através de significantes e representações, proporcionando a formação da cadeia psíquica, ponto essencial do campo analítico do sujeito. Daí se apreende que:

[...] a prevalência, na teoria analítica, à relação de objeto como primária, sem no entanto comentá-la mais extensamente. Volta-se a centrar nela a dialética do princípio do prazer e do princípio de realidade, e funda-se o progresso analítico numa retificação da relação entre sujeito e objeto, considerada como uma relação dual, que seria – dizem ainda, falando da situação analítica – excessivamente simples. Pois bem, esta relação do sujeito com o objeto, que tende cada vez mais ocupar o centro da teoria analítica, [...] (LACAN, 1995, p.11).

A partir dessa estrutura da teoria analítica, nota-se o princípio da formação da cadeia psíquica. Fator importante no processo de análise, devendo ser levado em consideração pelo analista, como marco na construção do sujeito, onde o mesmo se estabelece com o reconhecimento da existência do Eu, condições que proporcionam ao sujeito separar o que é seu e o que é do outro. Isto acontece através de um processo imaginário do que foi recalçado. O sujeito na sua singularidade, representa o real por significantes elaborados potencialmente de acordo com sua estrutura psíquica.

Freud (1996) também recorre a esse conteúdo do inconsciente para atuação analítica do sujeito, valorizando as particularidades da relação temporal vivenciada, considerando o que surge através dos significantes, possíveis lembranças encobridas, com ligação ao conteúdo encoberto.

[...] o conteúdo da lembrança encobridora pertencia a um dos primeiros anos da infância, ao passo que as vivências de pensamento por ela substituí na memória, que haviam permanecido quase inconscientes, correspondia a épocas posteriores na vida do sujeito. Designei esse tipo de deslocamento de retroativo ou retrocedente. Talvez seja mais frequente encontrar a relação oposta: uma impressão indiferente de época recente se consolida na memória como lembrança encobridora, apesar de dever esse privilégio apenas a sua ligação com um evento anterior que as resistências impedem de ser diretamente reproduzido. Estas seriam lembranças encobridoras adiantadas ou avançadas. Aqui o essencial de que se ocupa a memória situa-se, na ordem temporal, atrás da lembrança encobridora. Por fim, temos ainda a terceira possibilidade, em que a lembrança encobridora vincula-se à impressão encoberta não só por seu conteúdo, mas também pela contiguidade temporal: estas são as lembranças encobridoras simultâneas ou contíguas (FREUD, 1996, p.59-60).

São essas amarras que o analista deve lançar mão, considerando o que aparece de vestígios na significação representativa, sendo que, mesmo pelo recalçamento do conteúdo no inconsciente, apresentam vestígios no processo psíquico que são vinculados ao que foi recalçado, como:

As lembranças indiferentes da infância devem sua existência a um processo de deslocamento: são substitutas, na reprodução [mnêmica], de outras impressões realmente significativas cuja recordação pode desenvolver-se a partir delas através da análise psíquica, mas cuja reprodução direta é impedida por uma resistência. De vez que as lembranças indiferentes devem sua preservação, não a seu próprio conteúdo, mas a um vínculo associativo entre seu conteúdo e outro que está recalçado... (FREUD, 1996, p.59).

No processo de constituição psíquica do sujeito, encontra-se impresso na memória os conteúdos que fazem parte de uma história de vida do indivíduo. Considera-se, em Freud (1996), que as lembranças encobertas na infância, persistem ao longo da vida, influenciando de forma direta ou indireta na construção do sujeito, por meio das representações do real. “O que a memória reproduz não é o que deveria ser corretamente reproduzido, mas algo diverso que serve de substituto” (FREUD, 1996, p.60). Uma forma de canalizar as pulsões ao deparar com o real insuportável, substituindo por algo que traga menos sofrimento ao sujeito do que a aceitação da realidade, dentro das condições psíquicas singulares e elaborativo de cada um.

A representação mnêmica surge de forças pulsionais de reservas da memória recalçada na infância, momento em que o sujeito passa a ser um sujeito desejante, iniciando-se pela busca da preservação a vida uma energia vital, conservando a pulsão de vida e a pulsão de

morte, encontradas no sujeito desde a primeira infância. Freud (1996), a partir da teoria dos “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”, juntamente com as “Interpretações dos Sonhos”, apresenta uma das contribuições mais significativas de sua autoria e inédita para o conhecimento humano.

### **3.1 A pulsão sexual como força motriz da vida e de conhecimento do ser humano**

Segundo Freud (1996), a pulsão sexual é um fator de existência biológica, tanto no homem, quanto nos animais. Uma fonte de energia provocada pela libido, a busca em satisfazer as necessidades do prazer que na primeira infância, acontece por várias fases, como serão vistas adiante, iniciando-se pela zona oral através da sucção. Uma satisfação associada à nutrição, na busca da preservação à vida.

A pulsão sexual aqui citada não possui conotação de erotização voltada para os órgão genitais em função da reprodução. A libido na primeira infância está livre da linguagem vulgar associada ao sexual utilizada pelos adultos.

O processo de orientação da libido sexual, segundo Freud (1996), acontece desde os primeiros anos de vida do ser humano, contrariando a teoria popular do despertar sexual na puberdade, como um investimento pulsional voltado somente para divisão homem e mulher, determinando única atração entre os sexos opostos, na busca do prazer sexual. Fundamentado nas crenças populares, este modelo da representação sexual, encontra-se por via da normatização. A energia pulsional vai muito além do prazer sexual e requer minuciosa investigação para o conhecimento humano.

Freud (1996) considera dois tempos – base do princípio do prazer, orientando a libido pela pulsão sexual direcionado ao alvo. Denominando “...de objeto sexual a pessoa de quem provém a atração sexual, e de alvo sexual a ação para a qual a pulsão impele” (FREUD, 1996, p.128). Assim sendo, nas considerações científicas identificará inúmeros desvios da libido na pulsão sexual, decorrente desde os primeiros momentos de vida em conotação com o objeto sexual e o alvo sexual.

Nas considerações de Freud (1996), os desvios objetivos nos primeiros anos de vida são evocados através da pulsão sexual, demarcando o mecanismos de constituição subjetiva dos ser humano, tendo como base desta estrutura o Complexo de Édipo, que com a ocorrência, “[...] no Brasil nos anos de 1970 – 1980 em que os compôs das alianças e da sexualidade foram expostos ao processo brusco de modernização e urbanização (Birman, 1988, 1995,

1999; Figueira, 1981, 1987, 1994; Guimarães & Tavares; 1995; Russo, 1987, 2002)” (BRANDÃO, 2012, p.22).

Para estes estudiosos da modernidade, as grandes transformações ocorridas também afetaram as famílias que sofreram modificações na sua estruturação, fatores de entraves para com a estrutura simbólica da psicanálise tradicionalista. Estas condições requer a necessidade reestruturar a psicanálise nas clínicas modernas para atender esta nova geração de sujeito. Com isso, o Édipo pode ser um meio de manutenção e repetição do idealismo familiar, fundamentado na família burguesa da Idade Média. O percurso ideal do processo edipiano na família seria o caminho da constituição do sujeito “normal”, consideração que na atualidade deve ter uma análise minuciosa da relação do Édipo e a família moderna, em função das diversas organizações familiares do século XXI e dos atravessamentos sofridos no ambiente familiar pelo sistema social instituído, como poderá ser visto no capítulo III deste trabalho.

Freud (1996) considera a pulsão sexual interligada ao objeto sexual como forma inata do ser humano, como na representação lacaniana, onde o filho toma um lugar imaginário de extensão do corpo da mãe. Para que esse filho desenvolva sua estrutura psíquica de forma adequada, acontece a castração pelo Nome do Pai. Um processo imaginário que institui a Lei que barra o gozo pleno, onde o desejo pulsional da libido é impedido de alcançar o alvo sexual, direcionando o menino a se identificar com a figura de virilidade masculina e, a menina, com a feminilidade.

Neste ponto de identificação, o Complexo de Édipo sofre algumas críticas na interpretação do sujeito contemporâneo, por caracterizar um método inflexível de normatização estrutural do sujeito ideal, recalcando o estigma edipiano no inconsciente, orientando a libido pulsional na adequação do sujeito num único direcionamento do alvo sexual, desejando o sexo oposto. Este seria o sujeito de estrutura psíquica normal, enquadrado no Complexo de Édipo, o que despertou a crítica da estrutura edipiana por Brandão (2012), considerando em seus estudos atuais que, mesmo as pessoas com outras estruturas psíquicas, possam ter uma vivência natural dentro do contexto social.

É a esta ligação permanente da pulsão, através do investimento libidinal ao objeto sexual primário que Freud (1996), dá grande importância no processo de inversão, onde se enquadra a homossexualidade.

A experiência obtida nos casos considerados anormais nos ensina que, neles, há entre a pulsão sexual e o objeto sexual apenas uma solda, que corríamos o risco de não ver em consequência da uniformidade do quadro normal, em que a pulsão parece trazer consigo o objeto (FREUD, 1996, p.140).

Essa característica de “anormalidade” estrutural da homossexualidade é mais um dos fatos que leva a psicanálise clássica a idealizar a constituição subjetiva dentro dos padrões sociais, o que Brandão (2012) vê como uma possível forma de segregação do sujeito pela atuação psicanalítica estruturada no tradicionalismo clássico. Mesmo constatando algumas relevâncias feitas por Freud, como a identificação da bissexualidade, considerada pelo autor presente no ser humano como algo inato, principalmente na primeira infância, sendo direcionada a sexualidade única a partir da passagem pelo Complexo de Édipo.

A questão da bissexualidade é um ponto de grande importância para identificar a sexualidade humana, indo muito além do prazer voltado para a genitália, considerando a grande importância das zonas erógenas localizadas por diversas partes do corpo e para o reconhecimento do próprio “Eu”, separando o que é seu e o que é do outro.

Freud (1996) sustenta a ideia da existência de elementos femininos no homem e masculino na mulher, fatos que ficam engendrados na subjetividade humana. Na infância, considerando a criança “nua”, possuidora da naturalidade humana, ainda com poucos atravessamentos do externo, Freud (1996) defende a pura existência da bissexualidade e a criança perversa, apresentando como sujeito ativo, contrariando a ideia da total dependência. Em acordo com Freud (1996), o sujeito, desde os primeiros anos de vida, é instruído a afrouxar a fixação entre a pulsão e o objeto existente no pensamento, sendo “[...] provável que, de início, a pulsão sexual seja independente de seu objeto, e tampouco deve ela sua origem aos encantos deste” (FREUD, 1996, p.140).

A pulsão sexual na primeira infância origina-se por um investimento libidinal na busca do prazer pela manutenção da vida, onde a relação com o objeto de desejo (mãe e filho) é inteiramente por uma satisfação de conforto e de preservação da vida pela alimentação. Podendo ser observado na amamentação, a criança deleita no seio materno daquilo que suprirá sua fome, relaxando nos braços da mãe e adormecendo na completude do gozo. Essa é uma relação dual com o objeto de desejo: a criança substitui a falta do falo na mãe, que o toma como seu objeto de investimento do desejo e coloca a criança como extensão do corpo da mãe. Uma fase libidinal intensa na primeira infância que faz florescer a sexualidade infantil nas descobertas erógenas pelo corpo, proporcionando sensações de prazeres.

Considerando a teoria freudiana e afirmada por Lacan na construção do sujeito pela simbologia, por volta dos quatro anos de idade a criança entrará pelo Complexo de Édipo, demarcando o início da estruturação psíquica do sujeito. Um processo de inserção da Lei (Nome do Pai), incidirá, barrando a criança como objeto de desejo da mãe através da

castração, instruindo o direcionamento do investimento libidinal na busca de um outro objeto sexual, um despertar do desejo no sujeito que Freud (1996) denomina na ideia de pulsão de vida e pulsão de morte. Um investimento libidinal na busca de novos objetos de desejo, numa tentativa de chegar ao gozo.

Com a castração, o objeto de desejo foi perdido, excitando o investimento libidinal na busca de um outro objeto que “[...] se apresenta, inicialmente, em busca do objeto perdido. O objeto é sempre o objeto descoberto, o objeto tomado ele próprio numa busca, que se opõe da maneira mais categórica à noção do sujeito autônomo, onde desemboca a ideia de objeto acabado” (LACAN, 1995, p.25).

No desejo do encontro com o objeto do gozo pleno, em algum momento da vida é o que vem proporcionar sensações de prazer, fazendo com que o sujeito mantenha a pulsão interna, proporcionando a energia vital que, ao decorrer da vivência, pode ser canalizada por diversos significantes de acordo com a teoria lacaniana. Uma capacidade imaginária de substituir a falta do objeto de desejo através de saídas, elaborado pelo sujeito dentro das suas condições psíquicas. Para um processo de elaboração psíquica sadia, deve-se a uma grande influência do que foi vivenciado na infância que, segundo Freud (1996), o direcionamento normal da estrutura psíquica acontece quando o alvo sexual se dá na união da genitália (o coito), na relação entre os sexos opostos, favorecendo a descarga da tensão sexual e uma extinção temporária da pulsão sexual, entrando nas críticas de Brandão (2012), por método instituído socialmente de sujeito idealizado.

Por outro lado, considera-se a sexualidade infantil uma impossibilidade de aceitação popular, onde todo tipo de supressão é utilizado para evitar o aparecimento de mínimas evidências da pulsão sexual na infância. A sexualidade humana, culturalmente, teve aceitação apenas na fase da puberdade: mesmo assim, por incapacidade de controlar e excesso de energia sexual que pulsava internamente. Um comportamento repugnado pelos adultos por sua própria erotização e vulgarização sexual que, na infância, de acordo com a ideia de Freud (1996), a grande consideração é a satisfação narcísica, um investimento de prazeres no próprio corpo, determinando o narcisismo primário, servindo como base de construção subjetiva do ser humano.

Para Lacan é uma fase decisiva na criança que favorecerá ao processo de elaboração do real, uma apreensão do que é real e o que é imaginário, em ligação na primeira infância no lugar que se ocupa como extensão ao corpo materno.

Isso quer dizer que a oposição dialética e impessoal dos dois princípios, o princípio de realidade e o princípio de prazer, foi substituída por autores. Sem dúvida, esses

sujeitos são realmente ideais, sem dúvida que se trata mais de uma espécie de figuração, ou de *guignol* imaginário, mas foi aí que chegamos. O princípio de prazer, nós o identificamos com uma certa relação de objeto, isto é, a relação com o seio materno, enquanto o princípio de realidade foi identificado por nós ao fato de que a criança deva aprender a dele se abster (LACAN, 1995, p.33).

A dialética oposta entre os dois princípios marca o encontro da criança com a realidade, sendo a instrução do sujeito num padrão normativo e aceitável socialmente que, de acordo com Freud e Lacan, determinará que tudo corra bem proporcionando uma estrutura psíquica sadia, tendo grandes influências na vivência enquanto criança.

Winnicott observa que, em suma, para que as coisas corram bem, ou seja, para que a criança não seja traumatizada, é preciso que a mãe opere estando sempre ali no momento necessário, isto é, precisamente vindo colocar, no momento da alucinação delirante da criança, o objeto real que a satisfaz. Portanto, não existe inicialmente, na relação ideal mãe-criança, nenhuma espécie de distinção entre a alucinação do seio materno, que surge por princípio do processo primário, segundo a noção que temos, e o encontro do objeto real de que se trata (LACAN, 1995, p.34).

Segundo Lacan (1995), esta reação recíproca de mãe e filho, na satisfação do desejo de forma intensa, é o princípio da constituição sexual na infância, onde progressivamente a mãe vem preparar “[...] a criança submeter-se às frustrações e ao mesmo tempo a perceber, sob a forma de uma certa tensão inaugural a diferença que existe entre a realidade e a ilusão” (LACAN, 1995, p.34). Na teoria lacaniana, é vivenciar o *for-dá* (*vai e vem*), onde a criança passa a lidar com momentos de falta da mãe e com capacidade elaborativa de que ela vai, mas voltará. Uma capacidade de enfrentar a realidade da desilusão, onde o objeto de desejo procurado não será encontrado, canalizando as pulsões deste investimento libidinal às saídas objetais do próprio imaginário, aliviando o excesso de energia psíquica internalizada.

### **3.2 A criança e supervalorização do objeto sexual a partir do corpo**

Freud (1996) discorre sobre as transgressões anatômicas, o reconhecimento do corpo e sua valorização psíquica. Através das zonas erógenas sobressaem as pulsões sexuais e o desejo pelo objeto de prazer, um comportamento natural que vai contrapondo a erotização associada à genitália.

A exploração do corpo acontece por um processo libidinal, que Freud (1996), considera “fome de estimulação”, uma supervalorização do objeto de desejo que desvia do alvo sexual para outras partes do corpo, nomeadas de zonas erógenas, não sendo necessariamente o genital.

A supervalorização sexual do corpo segundo Freud (1905), atribui-se mais ao homem pelo fato que, na mulher acontece grande repressão cultural, desde sua infância. Engendrado no interior das mulheres, um sentimento de culpa caso venham expor sua libido sexual, recalçando qualquer vestígio inaceitável pela cultura. Um processo interno de intensificação das energias sexuais, vindo a possibilitar no futuro, muitos traumas psíquicos. De acordo com os estudos de Freud, os sintomas histéricos apresentados em grande parte das mulheres, estão quase sempre relacionados aos fatores da repressão sexual.

Segundo Freud (1996), o contato com o objeto sexual, a sensação na pele do prazer proporcionado, faz com que estimule o investimento libidinal na busca do alvo sexual. Um processo que interfere no desenvolvimento da criança para que possa canalizar as energias acumuladas, saindo da posição de objeto de desejo da mãe, direcionando a energia da libido num investimento próprio. Considerando-se que:

Todas as condições externas e internas que dificultam ou adiam a consecução do alvo sexual normal (impotência, preço elevado do objeto sexual, riscos do ato sexual) reforçam, como é compreensível, a tendência a demorar-se nos atos preliminares e a formar a partir deles novos alvos sexuais, que podem tomar o lugar dos normais. Um exame mais atento sempre mostra que esses novos propósitos, mesmo os que se afiguram mais estranhos, já se esboçam no processo sexual normal (FREUD, 1996, p.147).

Freud deixa claro o compromisso minucioso de análise em determinar o que é “normalidade”, pelo fato de uma variação de saídas para as pulsões internas, que conduzem à elaboração direcionando a novos alvos sexuais. Nota-se que o excesso da repressão na pulsão sexual poderá evocar futuramente comportamentos psicossomáticos. Para evitar os furos psíquicos sintomáticos, o sujeito deve descarregar sua energia sexual de alguma forma, aliviando a pressão interna das pulsões.

A progressiva ocultação do corpo advinda com a civilização mantém desperta a curiosidade sexual, que ambiciona completar o objeto sexual através da revelação das partes ocultas, mas que pode ser desviadas (“sublimada”) para a arte, caso se consiga afastar o interesse dos genitais e volta-lo para forma do corpo como um todo. A demora nesse alvo sexual intermediário do olhar carregado de sexo surge, em certa medida, na maioria das pessoas normais, e de fato lhes dá a possibilidade de orientarem uma parcela de sua libido para alvos artísticos mais elevados (FREUD, 1996, p.148).

Mas uma vez, o autor fala de um processo evolutivo que direciona o sujeito numa suposta “normalidade”, segregando aquele que está fora do padrão de desenvolvimento. De acordo com a teoria freudiana, são identificados alguns desvios do padrão, “[...] o prazer de ver [escopofilia] transforma-se em perversão (a) quando se restringe exclusivamente à

genitália, (b) quando se liga à superação do asco (*o voyeur* – espectador das funções excretórias), ou (c) quando suplanta o alvo sexual normal, em vez de ser preparatório a ele” (FREUD, 1996, p.148). São nesses aspectos da psicanálise clássica, que adiante se terá uma visão crítica da possibilidade de uma atuação segregatória à diversidade humana da atualidade.

Voltando às questões da pulsão sexual e aos efeitos de sua repressão excessiva sobre o sujeitos, percebe-se a grande importância na descarga da pulsão sexual infantil em relação aos traumas, que poderão ser registrados nesta fase. O processo evolutivo da exploração do próprio corpo é um comportamento natural da criança, na descoberta de novos alvos sexuais, com possibilidades de sublimá-los ao longo do tempo, canalizando o excesso de energia sexual provocado pela excitação libidinal a outras atividades, que nem sempre estão ligadas ao coito. Freud (1996), considera a infância perversa polimorfa, pelo fato de ser uma fase do ser humano em que se vivencia as pulsões sexuais de forma mais natural possível, entendendo como a criança “nua”, protegida dos atravessamentos externos, onde suas sensações prazerosas se limitam nas zonas erógenas, espalhadas pelo corpo da própria criança. Ao decorrer do seu desenvolvimento, essas pulsões atuam como forças anímicas que, relacionadas com o mundo externo, provocam o processo evolutivo do indivíduo através da produção subjetiva do sujeito.

O ser humano, ao longo de toda sua vida, passa pelo processo de subjetivação, que determinará a singularidade humana, pela forma da interpretação do mundo externo advindo desde a infância. Esta interpretação fundamenta-se no que cada sujeito possui no seu interior, considerando a teoria freudiana da infância perversa como “[...] algo inato na base das perversões, mas esse algo é inato em todos os seres humanos, embora, enquanto disposição possa variar de intensidade e ser acentuado pelas influências da vida” (FREUD, 1996, p.162). A partir da relação do interno com o externo o sujeito elabora o real, produzindo sua subjetivação por um processo determinante que é a singularidade humana, a identificação do sujeito nas suas diferenças.

Freud (1996) conclui que as raízes inatas da pulsão sexual se distribuem em alguns casos direcionando para a perversão. Em outros casos acontece o recalque excessivo das pulsões sexuais que por insuficiência de desfazer todo investimento direcionado ao objeto, poderá ser canalizado em outras direções, possibilitando o desencadear dos sintomas patológicos. Para que não ocorra os sintomas psicossomáticos Freud determina a necessidade estabilização para que, “[...] parte dessa energia sexual, e que permitem nos casos mais favoráveis situados entre os dois extremos, mediante uma restrição eficaz e outras

elaborações, a origem da vida sexual normal” (1996, p.162). O que Freud vem trazer é uma ideia de equilíbrio dos excessos pulsionais, possibilitando uma estrutura psíquica sadia e positiva para o convívio social.

Embasados em Freud (1996), de acordo com a ideia da criança perversa, considera-se a manutenção desta estrutura quando adulto, mesmo que possa emergir com intensidade moderada, preservando nos neuróticos esse estado infantil da sexualidade. Este contexto é de grande importância para desvencilhar os nós psíquicos que provocam sintomas patológicos nos adultos, ligados aos traumas da infância. “Desse modo, nosso interesse volta-se para a vida sexual da criança e procedemos ao estudo da sexualidade infantil até seu desfecho na perversão, na neurose ou na vida normal” (FREUD, 1996, p.162). O que é um grande ganho para o conhecimento humano e seu tratamento clínico das doenças psicossomáticas.

### **3.3 A sexualidade infantil e seus efeitos**

Há uma grande rejeição popular quando é discutido sobre sexualidade relacionado com a infância. Considerando a pulsão sexual algo totalmente ausente nesta fase, somente sendo aceito a partir da puberdade, momento em que o próprio organismo expõe a energia sexual através do excesso de hormônios no corpo, fugindo do controle social e o da própria pessoa. "Um estudo aprofundado das manifestações sexuais da infância provavelmente nos revelaria os traços essenciais da pulsão sexual, desvendaria sua evolução e nos permitiria ver como se compõe a partir de diversas fontes” (FREUD, 1996, p.163). Este conhecimento perpassa a história hereditária do ser humano, buscando o conhecimento do mesmo nos contornos da energia sexual presente no sujeito desde a infância.

É certo que na literatura sobre o assunto encontramos notas ocasionais acerca da atividade sexual precoce em crianças pequenas, sobre ereções, masturbações e até mesmo atividades semelhantes ao coito. Mas elas são sempre citadas apenas como processo excepcionais, curiosidades ou exemplos assustadores de depravações precoce. Nenhum autor, ao que sabia, reconheceu com clareza a normatividade da pulsão sexual na infância, e, nos escritos já numerosos sobre o desenvolvimento infantil, o capítulo sobre o “Desenvolvimento Sexual” costuma ser omitido (FREUD, 1996, p.163).

Como citado por Freud, mesmo com seus estudos feitos sobre a sexualidade infantil, muito teve que ser omitido em função da cultura e a socialização, o que suprimiu esse conteúdo na literatura, por ser inaceitável associar a figura social da criança de total pureza e ingenuidade ao conteúdo sexual.

Os autores que estudavam o desenvolvimento humano, consideravam um fato sem

importância, por considerarem o fenômeno da amnésia na fase da infância, que encobria a memória na maioria dos sujeitos, recalando um passado vivenciado até aos seis ou oito anos de idade, como afirmado por Freud (1996). Mas esse apagamento da memória deixava vestígios no inconsciente que, segundo Freud (1996), ocorre a partir desse recalque, uma transformação na memória, resultando no conteúdo do inconsciente de onde surge as lembranças encobertas, o que, de alguma forma deixam fragmentos do período da infância, provocando reações internas conflituosas e de intensa pressão psíquica, permanecendo ao longo da vida do sujeito e demandando elaborações psíquicas capazes de disseminar essa pulsão interna, proporcionando um equilíbrio com as influências externas.

Considerando as ideias de Freud (1996), as condições psicológicas de um adulto possuem grande relação com as experiências encobertas da infância, deixando resíduos profundos que partem das impressões da primeira infância, se arrastando por todo o desenvolvimento psíquico do sujeito. Esses registros provocam diversas irrupções na vida anímica e na subjetivação do sujeito, internalizando no ser humano a singularidade que, provém da relação intrínseca da vida externa e do interior do sujeito.

### **3.4 As rupturas e o período de latência na infância**

Ao considerar as pulsões sexuais infantis, Freud (1996) diz que as moções sexuais presentes na infância como anormais, nada mais são do que as primeiras fontes de transformação do sujeito da posição de objeto de desejo do outro, para um sujeito desejeante do objeto. Sendo que as lembranças infantis do neurótico permitirão alcançar um esquema de condutas sexuais da infância que contribuirão para o conhecimento humano.

Parece certo que o recém-nascido traz consigo germes de moções sexuais que continuam a se desenvolver por algum tempo, mas depois sofrem uma supressão progressiva, a qual, por sua vez, pode ser rompida por avanços regulares do desenvolvimento sexual ou suspensa pelas peculiaridades individuais. Nada se sabe ao certo sobre a regularidade e a periodicidade desse curso oscilante de desenvolvimento. Parece, no entanto, que a vida sexual da criança costuma expressar-se numa forma acessível à observação por volta dos três ou quatro anos de idade (FREUD, 1996, p.166).

Esse é um processo de maturação dos caracteres sexuais do ser humano que, segundo Freud (1996), vem acontecer desde a vida embrionária, um fator decorrente da identidade prematura do sujeito construída pela família e o costume social. Mesmo antes do seu nascimento, o sujeito já tem um lugar no ambiente familiar e social. Através desta identidade precoce e das moções sexuais, o sujeito é instruído na constituição da maturação sexual e na

sua colocação subjetiva no mundo. Um processo natural das moções sexuais no período da infância, que na puberdade torna-se acelerado pela decorrência do excesso de hormônios, um quadro normal na evolução sexual do ser humano.

O processo civilizatório deixa traços hereditários que vão direcionando o sujeito nas entrelinhas de um desenvolvimento, com fins a um resultado pronto, em que o sujeito deverá enquadrar no que está institucionalizado, para inserir na civilização idealizada. São limitações, segundo Freud (1996), proporcionam uma lapidação do sujeito nas suas condições singulares, na evolução orgânica e na vida anímica, um processo de subjetivação idealizado com que está instituído no ambiente social.

O período de latência sexual emerge como novas forças anímicas e controladoras das pulsões, “[...] que mais tarde, surgirão como entraves no caminho da pulsão sexual e estreitarão seu curso à maneira de diques (o asco, o sentimento de vergonha, as exigências das ideias estéticas e morais)” (FREUD, 1996, p.167). Isso faz com que:

[...] às expensas das próprias moções sexuais infantis, cujo afluxo não cessa nem mesmo durante esse período de latência, mas cuja a energia – na totalidade ou em sua maior parte – é desviada do uso sexual e voltada para outros fins. Os historiadores da cultura parecem unânimes em supor que, mediante esse desvio das forças pulsionais sexuais das metas sexuais e por sua orientação para as novas metas, num processo que merece o nome de *sublimação*, adquirem-se poderosos componentes para todas as realizações culturais (FREUD, 1996, p.167).

Freud (1996) defende um processo evolutivo em que as moções sexuais da infância estão presente na constituição de sujeito, no que se trata das emoções e satisfação do prazer, com aspectos perversos direcionado às zonas erógenas que possam proporcionar a descarga do excesso de energia sexual, ao contrário da sexualização idealizada no entendimento popular, voltada para o sistema reprodutivo.

O investimento libidinal direcionado ao alvo sexual é um acúmulo de energia, demandando ser descarregada em determinado objeto. O encontro da criança no momento da descarga das pulsões sexuais é, muitas vezes, condenado pelos adultos, podendo trazer sensações desprazerosas ao indivíduo, reprimindo o que a criança apresenta estando associado ao sexual. Esta repressão acontece por forças anímicas contrárias, sendo eficazes na supressão pulsional da sexualidade infantil, conduzida por diques internalizados na estrutura psíquica do sujeito, como a vergonha, a moral e outros citados anteriormente.

A criança a todo momento no período de latência, é conduzida a buscar outros investimentos da libido, não sendo associados ao sexual, uma forma de impedir as manifestações das pulsões sexuais na criança. Mesmo com esse controle, segundo Freud

(1996), em alguns momentos escapam fragmentos pulsionais, preservando comportamentos sexuais durante o período de latência que permanecem até a puberdade, um momento de grande erupção da sexualidade. Esta repressão sexual na infância, ou a supressão pela imposição civilizatória através da educação, podem deixar graves emaranhados psíquicos no sujeito, pela impossibilidade das descargas pulsionais por um processo evolutivo natural da sexualidade humana.

Na medida em que prestam alguma atenção à sexualidade infantil, os educadores portam-se como se compartilhassem nossas opiniões sobre a construção das forças defensivas morais à custa da sexualidade, e como se soubessem que a atividade sexual torna a criança ineducável, pois perseguem como “vícios” todas as suas manifestações sexuais, mesmo que não possam fazer muita coisa contra elas. Nós, porém, temos todos os motivos para voltar nosso interesse para esses fenômenos temidos pela educação, pois deles esperamos o esclarecimento da configuração originária da pulsão sexual (FREUD, 1996, p.168-169).

São estes fenômenos temidos pela educação, que muito tem a dizer da construção do sujeito. Uma força libidinal que se orienta através das pulsões sexuais, que vão dando contornos a uma estrutura psíquica capaz de representar a falta. Muitas das fobias em crianças partem da desordem em elaborar uma resposta para o real, as condições da criança na atualidade é atravessada pela exterioridade do mundo dos adultos, que invadem o imaginário infantil, impedindo suas fantasias de acordo com a fase vivenciada. A impossibilidade nomear o real gera necessidades de produzirem significantes através do imaginário que substituam a falta, processo que, segundo Lacan (1995) acontece desde muito cedo na vida do sujeito, a mãe, durante a primeira infância, tem um lugar simbólico para a criança, uma substituição pela falta, levando a satisfação de completude à criança, tendo-o como objeto de desejo. Esta extensão da criança como pertencente do corpo da mãe, sofrerá o corte com a castração, onde sua libido é direcionada à busca do objeto de desejo, com expectativa de chegar ao gozo.

É nessas bases que se concebe toda espécie de nova infância, toda reabertura da questão, especialmente aquela que sobrevém com a maturação genital real, isto é, no menino, com a introdução da masturbação e a entrada em jogo de seu gozo real com seu próprio pênis real. Nada pode ser compreendido se não sobre o fundamento desta constelação inicial, por onde se introduzem os elementos críticos cujos resultados diversos constituem um complexo de Édipo na saída normal. O complexo de Édipo não é de modo algum, como tal, o princípio de uma neurose ou de uma perversão [...], (LACAN, 1995, p.247-248).

Considerando Lacan (1995), a criança no seu processo evolutivo vai se instruindo através do investimento libidinal, favorecendo o reconhecimento do próprio corpo e tomada de consciência de que ela não se resume mais na extensão do corpo da mãe, deixando de ser o objeto de desejo do outro. De acordo com os estudos de Freud (1996), as forças libidinais que

estimulam o aparecimento do sujeito de desejo são provenientes das pulsões sexuais, presentes desde os primeiros dias de vida da criança, momento em que a satisfação do recém-nascido se completa com o afeto materno. Este momento é uma fase evolutiva do ser humano, onde a teoria freudiana identifica os primeiros vestígios da pulsão sexual.

A criança, segundo Freud (1996), apresenta na primeira infância o narcisismo primário, uma extensão do corpo da mãe, como objeto do desejo materno, possuindo uma sensação de completude pela satisfação do prazer nesta relação, demonstrando as primeiras fontes pulsionais. No processo de sugar os seios, para se alimentar e o contato com o corpo da mãe, é passado para criança uma grande satisfação, associando-se ao gozo e apaziguando o tormento interno de desamparo. Este sentido inicial na infância é um fator primordial na organização das pulsões sexuais, que direciona o investimento libidinal nesse primeiro momento, no prazer pela zona erógena oral.

Nela, a atividade sexual ainda não se separou da nutrição, nem tão pouco se diferenciaram correntes opostas em seu interior. O objeto de uma atividade é também o da outra, e o alvo sexual consiste na *incorporação* do objeto – modelo do que mais tarde irá desempenhar, sob a forma da *identificação*, um papel psíquico tão importante. Como resíduo dessa hipotética fase de organização que nos foi imposta pela patologia podemos ver o chuchar, no qual a atividade sexual, desligada da atividade alimentação, renunciou ao objeto alheio em troca de um objeto situado no próprio corpo (FREUD, 1996, p.187).

A partir desta curiosidade em vivenciar o chuchar<sup>1</sup>, descobrindo novas áreas do corpo que fornece prazer, segundo Freud (1996) é o princípio do despertar da atividade sexual infantil, contrariando muitos estudiosos, que consideram o início da sexualidade humana, quando se chega na adolescência com a puberdade. Na infância, como Freud veio dizer, são várias fases de manifestação sexual vivenciada pela criança.

### 3.5 As manifestações sexuais na infância

Freud (1996) considera que uma das primeiras manifestações sexuais infantis é o processo de sucção que marca a fase oral, como já foi dito. Logo após, vem o chuchar com a descoberta de novas áreas de prazer pelo corpo. Uma necessidade de satisfação de prazer nos

---

<sup>1</sup> “[...] chuchar é determinado pela busca de um prazer já vivenciado e agora lembrado. No caso mais simples, portanto, a satisfação é encontrada mediante a sucção rítmica de alguma parte da pele ou da mucosa” (FREUD, 1996, p.171). O autor traz o chuchar como modelo das primeiras manifestações sexuais da infância, precedido da sucção na amamentação, onde os lábios tomam-se uma zona erógena de satisfação prazerosa que, ao longo do desenvolvimento da criança se espalha por outras áreas do corpo, o autoerotismo, presente através do contato e do sugar das partes do próprio corpo ou de outrem, até mesmo, utilizando alguns objetos que trazem sensações de relaxamento para a criança, uma espécie de orgasmo.

primeiros anos de vida da criança, podendo perdurar até a maturidade, até mesmo persistindo por toda vida do indivíduo.

[...] consiste na repetição rítmica de um contato de sucção com a boca (os lábios), do qual está excluído qualquer propósito de nutrição. Uma parte dos próprios lábios, a língua ou qualquer outro ponto da pele que esteja ao alcance – até mesmo o dedão do pé – são tomados como objeto sobre qual se exerce essa sucção. Uma pulsão preênsil surgida ao mesmo tempo pode manifestar-se através de puxadas rítmicas simultâneas do lóbulo da orelha e apoderar-se de uma parte de outra pessoa (em geral, a orelha) para o mesmo fim. O sugar com leite alia-se a uma absorção completa da atenção e leva ao adormecimento, ou mesmo a uma reação motora numa espécie de orgasmo. Não raro, combina-se com a fricção de alguma parte sensível do corpo, como os seios ou a genitália externa. Por esse caminho, muitas crianças passam do chuchar para a masturbação (FREUD, 1996, p.169).

Nessas considerações percebe-se, que a pulsão sexual está impregnada no sujeito, apenas sofrendo um processo de deslocamento do objeto de desejo. Considerando Freud (1996), essas pulsões permanecem por toda a vida do indivíduo, vindo a explicitar-se de acordo com a singularidade do sujeito e as interferências das questões sociais. Na civilização, há uma grande necessidade da supressão da satisfação sexual, buscando adormecer a pulsão sexual através do recalque, funcionando como um sonífero. Essas condições do excesso repressivo das pulsões, que Freud (1996) diz encontrar a maioria dos casos de insônia nervosa, com sintomas advindo da insatisfação sexual.

A pulsão sexual infantil não se dirige ao outro, é uma satisfação no próprio corpo, determinado por Freud (1996) como autoerotismo: uma satisfação de prazer que parte do interior, onde o próprio ser é o objeto de desejo.

A primeira e mais vital das atividades da criança – mamar no seio materno (ou em seus substitutos) – há de tê-la familiarizado com este prazer. Diríamos que os lábios da criança comportaram-se como uma *zona erógena*, e a estimulação pelo fluxo cálido de leite foi sem dúvida a origem da sensação prazeroso. A princípio, a satisfação da zona erógena deve ter-se associado com a necessidade de alimento (FREUD, 1996, p.171).

A satisfação inicial que apresenta a pulsão sexual está associada à nutrição, uma fonte de preservação da vida que, no dizer de Freud (1996), vai muito mais além, com o despertar do princípio do prazer. A criança ao recuar do peito e cair em sono profundo e prazeroso, demonstra uma satisfação plena do gozo que, ao longo da vida, torna-se indispensável para a descarga de energia sexual, favorecendo na repetição do comportamento expressivo das pulsões sexuais, transferindo para outras áreas e desassociando da alimentação.

Segundo Freud (1996), este processo acontece a partir da aparição dos dentes, momento em que a criança, não depende mais da sucção para se alimentar, passando a ingerir

alimentos pela mastigação, desprendendo do objeto externo de prazer, como a extensão do corpo da mãe, apropriando-se de áreas do seu próprio corpo para descarregar suas pulsões de forma mais cômoda, utilizando-se também do chuchar para se satisfazer sexualmente.

Nem todas as crianças praticam o chuchar. É de se supor que cheguem a fazê-lo aquelas em quem a significação erógena da zona labial for constitucionalmente reforçadas. Persistindo essa significação, tais crianças, uma vez adultas, serão ávidas apreciadoras do beijo, tenderão a beijos perversos ou, se forem homens, terão um poderoso motivo para beber e fumar. Caso sobrevenha o recalçamento, porém, sentirão nojo da comida e produzirão vômitos histéricos. Por força da dupla finalidade da zona labial, o recalçamento se estende à pulsão de nutrição (FREUD, 1996, p.171-172).

São nesses processos evolutivos da sexualidade humana que depara-se com grandes fatores importantes para o conhecimento do sujeito, momento em que Freud (1996) considera essencial observar as ações do chuchar presente na criança que, através destas é possível identificar duas características primordiais de manifestação sexual na infância: “Esta nasce apoiando-se numa das funções somáticas vitais, não conhece nenhum objeto sexual, sendo *auto erótica*, e seu alvo sexual acha-se sob o domínio de uma *zona erógena*” (FREUD, 1996, p.172). Consideradas pelo autor o princípio do prazer e o início de uma estruturação do sujeito desejante, onde as manifestações expressivas das pulsões são direcionadas para outras atividades, relacionando-se com os sinais da sexualidade na infância, podendo ser mantidas ao longo da vida, sendo direcionadas ao alvo sexual, o objeto de desejo.

### **3.6 O direcionamento ao alvo Sexual a partir da infância**

A criança nas ações do chuchar explora seu corpo, buscando encontrar em algumas partes dele o despertar de sensações prazerosas, uma via de descarga das pulsões sexuais. Segundo Freud (1996), quando a busca de satisfação do desejo esbarra com as áreas do corpo produtoras de sensações prazerosas, denominam-se as zonas erógenas, promovendo uma necessidade de repetição do comportamento, sendo mantidas por toda a vida adulta. Quando esta libido é reprimida de forma brusca, poderá desencadear diversos sintomas psicossomáticos.

O alvo sexual de investimento libidinal na infância é totalmente direcionado à zona erógena provocadora do prazer. Freud (1996) afirma que este fato é decorrente de uma escolha não intencional da criança que, na descoberta de determinada área no corpo da satisfação do prazer, há uma necessidade de estimulação ao decorrer da vida, como acontece com a zona labial, que liga o prazer do corpo com o fator de nutrição.

O estado de necessidade de repetir uma satisfação transparece de duas maneiras: por um sentimento peculiar de tensão, que tem, antes, o caráter de desprazer, e por uma sensação de prurido ou estimulação *centralmente condicionada* e projetada para a zona erógena periférica. Por isso, pode-se também formular o alvo sexual de outra maneira: ele viria substituir a sensação de estimulação projetada na zona erógena pelo estímulo externo que a abolisse ao provocar a sensação de satisfação (FREUD, 1996, p.174).

A necessidade de estimulação passa a ser uma tarefa do alvo sexual externo que, em primeiro momento, poderá trazer uma sensação de desprazer por não atingir o objeto, um desvio por projeção direcionado às zonas erógenas periféricas e não mais diretamente à zona erógena determinada como campo do prazer. Freud (1996) considera que a produção de estímulos em uma determinada área do corpo, mesmo na transferência da zona erógena, necessitará de um segundo estímulo para suprir o local de prazer anterior. Um exemplo é o processo que acontece na fase oral, a necessidade do sugar trazendo satisfação de prazer é substituída por novas atividades musculares, encontrando-se localizações pelo corpo de outras áreas ou por atitudes que proporcionam sensações prazerosas.

Considerando a zona labial como princípio do prazer, uma função de mediar com suas contribuições no desenvolvimento sexual ligado ao corpo, também leva-se em conta na infância, uma outra fase de grande importância nesse processo, a fase em que a criança direciona a satisfação de prazer para a zona anal.

As crianças que tiram proveito da estimulabilidade erógena da zona anal denunciam-se por reterem as fezes até que sua acumulação provoca violentas contrações musculares e, na passagem pelo ânus, pode exercer uma estimulação intensa na mucosa. Com isso, há de produzir-se sensações de volúpia ao lado das sensações dolorosas. Um dos melhores presságios de excentricidade e nervosismo posteriores é a recusa obstinada do bebê a esvaziar o intestino ao ser posto no troninho, ou seja, quando isso é desejado pela pessoa que cuida dele, ficando essa função reservada para a quando aprover a ele próprio (FREUD, 1996, p.175).

Esse comportamento da criança, nos primeiros momentos em evitar o local adequado para defecar, para Freud (1996) não é intencional. Ela apenas busca reter para não escapar esse momento de prazer, uma sensação satisfatória que vem junto com a expulsão das fezes. As fezes são consideradas pela criança como um presente aos seus cuidadores, onde a rejeição das mesmas, podem ser sentido pela criança como uma rejeição de si própria, por simbolizar um pertence que se estende ao seu corpo. Freud (1996) relata que, mais adiante, as fezes também poderão ser ligadas ao nascimento de um bebê, considerado na teoria sexual infantil, aquele inserido pela comida e que nasce pelo intestino.

Em geral, pode-se dizer das teorias sexuais infantis que elas são reflexos da própria constituição sexual da criança, e que, apesar de seus erros grotescos, testemunham

uma maior compreensão dos processos sexuais do que se pretendia de seus criadores. A investigação sexual desses primeiros anos da infância é sempre feita na solidão; significa um primeiro passo para a orientação autônoma no mundo e estabelece um intenso alheamento da criança frente às pessoas de seu meio que antes gozavam de sua total confiança (FREUD, 1996, p.185-186).

A sexualidade infantil ainda é um tabu popular precisando, através dos estudos científicos, demonstrar sua importância na constituição do sujeito e no entendimento no processo sexual infantil, para que a própria criança possa ser reconhecida neste quadro evolutivo. A criança, na sua constituição sexual permanece na solidão, onde ela própria busca se orientar nas suas curiosidades sobre a sexualidade. Condições essas em função dos adultos que não conseguem dialogar sobre o tema e suprimem sinais de comportamento sexual na infância. “Os esforços do pequeno investigador são geralmente infrutíferos e acabam numa renúncia que não raro deixa como seqüela um prejuízo permanente para a pulsão de saber” (FREUD, 1996, p.185-186).

A criança percebe as questões sexuais presentes no adulto, mas não tem uma resposta significativa do mesmo para suprir sua curiosidade, por isso, muitos comportamentos estranhos ligados à sexualidade infantil são reprimidos pelos adultos, como se fosse aberrações. Segundo (FREUD, 1996, p.176), “a estimulação masturbatória efetiva da zona anal com ajuda do dedo, provocada por uma comichão centralmente determinada ou periféricamente mantida, não é nada rara nas crianças mais velhas”. Esta estimulação mantém-se por toda a vida do adulto, onde a satisfação prazerosa poderá consolidar por uma contração muscular do ânus, um coçar, ou outros comportamentos a mais que aliviará esta tensão de estímulo, sendo que, para muitos adultos, reconhecer essas condutas é inadmissível, acontecendo a supressão ríspida de fatores da evolução sexual do ser humano na fase anal.

Uma segunda fase pré-genital é a da organização sádico-anal. Nela, a divisão em oposto que perpassa a vida sexual já se constitui, mas eles ainda não podem ser chamados de *masculino e feminino*, e sim *ativo e passivo*. A atividade é produzida pela pulsão de dominação através da musculatura do corpo, e como órgão do alvo sexual passivo o que se faz valer é, antes de mais ainda, a mucosa erógena do intestino; mas há para essas duas aspirações opostas objetos que não coincidem. Ao lado disso, outras pulsões parciais atuam de maneira auto erótica. Nessa fase, portanto, já é possível demonstrar a polaridade sexual e o objeto alheio, faltando ainda a organização e a subordinação à função reprodutora (FREUD, 1996, p.187).

As primeiras proibições de obter prazer pela zona anal para Freud (1996) é uma forma de a criança pressentir a hostilidade do meio externo para com suas moções pulsionais, servindo de determinação para a mesma, em que seu desejo não terá uma satisfação plena e essas energias pulsionais deverão ser canalizadas em outras direções para aliviar a pressão interna. Como foi apontado anteriormente, por mais que as pulsões sexuais sejam recalçadas

no inconsciente, elas deixarão vestígios estimulantes de sensação de prazer por toda vida e que de alguma forma vão demandar uma descarga satisfatória. Ao contrário, se estes estímulos forem reprimidos de forma brusca, poderão desencadear futuramente sintomas patológicos, decorrentes dos traumas da infância pelo excesso de repressão da sexualidade.

É de grande importância ter conhecimento sobre a constituição sexual infantil, permitindo assim, melhor conhecimento do ser humano na sua evolução. Os diversos direcionamentos da libido sexual estão voltados para o alvo no objeto de desejo e raramente ligado a genitália. O prazer de tocá-las é meramente em função de uma necessidade fisiológica e na curiosidade de exploração do corpo, sem nenhuma ligação ao coito, e sim, uma liberação da energia sexual acumulada, proporcionando sensações prazerosas.

A própria fisiologia, determina uma sensação de prazer através da ereção nos meninos e um tipo de coceirinhas nas meninas, mas nada de conteúdo erotizado associado ao coito. Para Freud (1996), o aparelho genital para as crianças está ligado à micção e não ao aparelho reprodutor. Todo esse processo se desenvolve por uma investigação da criança sobre a sexualidade e por uma orientação direcionada pela libido do prazer em busca de aliviar a pulsão sexual.

Freud (1996) percebe a criança envolvida por várias moções sexuais e distingue a masturbação infantil em três fases: A primeira é o período de lactância na fase da amamentação, a satisfação de prazer pelo simples contato da genitália ao corpo do outro, dentre outros, o roçar desta região. O segundo é considerado pelas curiosidades sexuais na infância até por volta do quarto ano, caracterizada pelas sensações de prazer na exploração do corpo, com atividade de fricção manual ou pressionando os genitais. O terceiro, o onanismo sexual, presente na puberdade, como a masturbação propriamente dita, uma excitação por estímulo dos genitais, sendo a mais considerada na constituição sexual por ter uma melhor aceitação social ao ver como um momento expressivo da sexualidade e pelas próprias condições fisiológicas de excessos hormonais.

As atividades sexuais vivenciadas pelo ser humano é de extrema importância para o seu conhecimento e a sua própria estabilidade psíquica, possibilitando as descargas de excessos de energias pulsionais internas, mas é na infância que elas devem ter suas considerações, estando como base na formação do sujeito, sendo marcante para esse desfecho a fase posterior ao período de amamentação.

Todos os detalhes dessa *segunda* fase de atividade sexual infantil deixam atrás de si as mais profundas marcas (inconsciente) na memória da pessoa, determinam o desenvolvimento do seu caráter, caso ela permaneça sadia, e a sintomatologia de sua neurose, caso venha a adoecer depois da puberdade. Nesta última eventualidade,

constatamos que esse período sexual foi esquecido e as lembranças conscientes que o testemunham foram deslocadas; já afirmei que eu também vincularia a amnésia infantil normal com essa atividade sexual infantil. Através da investigação psicanalítica é possível tornar consciente o esquecido e, desse modo, eliminar uma compulsão que provém do material psíquico inconsciente (FREUD, 1996, p.178).

São nesses aspectos que acontece a investigação psicanalítica que segundo Freud (1996), tornam-se conscientes as lembranças encobertas da infância, buscando eliminar uma compulsão proveniente do recalque hostil, de determinadas atividades sexuais que permaneceram de alguma forma como um material psíquico do inconsciente. Considerando Freud (1996), o despertar das atividades sexuais ao longo da vida é um fator essencial na elaboração psíquica do ser humano, conseqüentemente por um processo de conflitos internos atrelados às contingências externas, ambas são responsáveis por uma elaboração psíquica sadia ou no aparecimento das neuroses se houver algum entrave psíquico, surgindo os sintomas psicossomáticos. Ao vir à tona, as questões mal elaboradas ligadas ao sexual, favorece ao desemaranhado psíquico e a extinção dos sintomas psicopatológicos.

[...] as contingências fortuitas externas ganham nesse período uma importância grande e duradoura. Em primeiro plano situa-se a influência da sedução, que trata a criança prematuramente como um objeto sexual e que, em circunstâncias que causam forte impressão, ensina-a a conhecer a satisfação das zonas genitais – uma satisfação que ela fica quase sempre obrigada a renovar pelo onanismo. [...] sua frequência ou sua importância, embora eu ainda não soubesse, na época, que os indivíduos que permanecem normais podem ter tido na infância as mesmas experiências, e por isso tenha dado maior valor à sedução do que aos fatores da constituição e do desenvolvimento sexuais. É evidente que a sedução não é necessária para despertar a vida sexual da criança, podendo esse despertar surgir também, espontaneamente, de causas internas (FREUD, 1996, p.179-180).

São essas causas do externo, atravessando a constituição do sujeito nas suas pulsões sexuais que serão tratadas no próximo capítulo. Segundo Freud (1996) o que, favorece a criança a se entregar à sedução, como objeto de gozo do outro, é a supervalorização na sua constituição sexual e a influência da sedução, possuindo nos primeiros anos de vida, com pouca resistência em comparação a criança de mais idade, onde os diques anímicos substitui os excessos das pulsões sexuais, canalizando-as em outras direções de investimentos cabíveis ao controle social.

A criança pequena é, antes de mais nada, desprovida de vergonha, e em certos períodos de seus primeiros anos mostra uma satisfação inequívocas no desnudamento do corpo, com ênfase especial nas partes sexuais. A contrapartida dessa inclinação tida como perversa – a curiosidade de ver a genitália de outras pessoas – provavelmente só se torna manifesta um pouco mais tarde na infância, quando o obstáculo do sentimento de vergonha já atingiu certo desenvolvimento. Sob a influência da sedução, a perversão de ver pode alcançar grande importância na vida sexual da criança (FREUD, 1996, p.181).

Esses comportamentos da infância poderão ser apenas curiosidades na sua constituição sexual, apresentando um desejo de repetição por toda a vida adulta. O recalamento severo dessas inclinações perversas na infância, segundo Freud (1996), poderá trazer consequências traumáticas graves e a persistência na repetição na fase adulta, atuando como uma pressão psíquica de tortura que, futuramente, em muitos casos de neuroses. O recalque excessivo é o grande protagonista ao longo da vida do sujeito, como força pulsante desencadeadora dos sintomas psicossomáticos.

O despertar da sensação de prazer inicia o processo de constituição sexual e do processo de subjetivação do indivíduo, presente desde os primeiros anos de vida, apresentando grande importância na construção do sujeito, aliviando os excessos pulsionais através das sensações de prazer e usando uma parte desta energia direcionada em diques de canalização como fonte da pulsão de vida. Contribuição essa, que possibilitará as condições de sujeito desejante, na busca de desvendar suas curiosidades através do saber.

[...] entre os três e o cinco anos, também se inicia nela a atividade que se inscreve na pulsão de saber ou de investigar. Essa pulsão não pode ser computada entre os componentes pulsionais elementares, nem exclusivamente subordinada à sexualidade. Sua atividade corresponde, de um lado, a uma forma sublimada de dominação e, de outro, trabalha com a energia escopofílica. Suas relações com a vida sexual entretanto, são particularmente significativas, já que constatamos pela psicanálise que, na criança, a pulsão de saber é atraída, de maneira insuspeitadamente precoce e inesperadamente intensa, pelos problemas sexuais, e talvez seja até despertada por eles (FREUD, 1996, p.183).

São por essas fontes de energia pulsional que despertam no sujeito a libido e a busca constante do objeto de gozo, um investimento no alvo sexual estimulante das pulsões, que mantêm um indivíduo investigador à procura de respostas. Estas condições de desenvolvimento do ser humano têm grande importância na infância, envolvendo a constituição sexual em todo o processo evolutivo, que perpassa a busca do saber, as condições emocionais, fisiológicas e outras questões da estrutura psíquicas, mantendo-se por toda vida do sujeito. O próximo capítulo tratará da vida anímica e das pulsões sexuais na infância como base de estruturação psíquica do ser humano, levando em conta os atravessamentos externos que aniquilam o que o sujeito possui de mais natural da essência humana, produzindo uma idealização de sujeito impregnado de sintomas psíquicos, muitos deles se transformam em sintomas psicossomáticos graves.

#### 4 A SEXUALIDADE INFANTIL NA CONTEMPORANEIDADE

Quando se fala de sexualidade infantil, percebe-se uma complexidade de fatores que contribuem na sua inserção na discussão familiar e social, pois este é um tema que colide com as ideias de tradicionalistas, que está culturalmente impregnada no cotidiano das pessoas. Tal complexidade de fatores ainda está presente na atualidade, onde a sexualidade infantil não é vista de forma tolerável, mesmo com toda evolução do século XXI, haja visto o papel da mídia que transmite a imagem da criança como um ser inocente, mantendo a ingenuidade de forma mascarada em benefício do sistema capitalista, não sendo impactante socialmente em ter a criança escrava do consumismo. Muitos costumes são mantidos pela sociedade, instituindo-se culturalmente como idealização de sujeito, atravessando a identidade subjetiva e produzindo um sujeito adaptável ao sistema social institucionalizado.

Foucault acredita que a tecnologia espiritual tridentina é reapropriada na modernidade pelas ciências do sexual, entre as quais ele inclui a psicanálise. A experiência de dizer tudo que vem ao espírito, em que a produção de saber impõe modificações sobre o próprio sujeito, para o qual se revela uma verdade particular e ao mesmo tempo atrelada à sexualidade e à lei transcendente, em suma, não é senão uma modalidade científica da confissão cristã (BRANDÃO, 2012, p.77).

Brandão vem dizer, por meio de Foucault, sobre a comparação da confissão cristã e o saber científico, onde este possa tomar um lugar de intervir no sujeito em função de uma idealização do mesmo, concordando com o que é estabelecido socialmente, mantendo o sujeito servidor de um sistema segregatório da singularidade humana, na tentativa da sua homogeneização e adaptações às condições universais. A psicanálise, no entender de Brandão (2012), é uma aliada da idealização do sujeito. Considerando as ideias de Freud (1996) neste estudo, busca-se o conhecimento da construção do sujeito a partir das pulsões, direcionando-o à concepção da heterogeneidade humana e seu processo de subjetivação, paralelo às contingências externas e a interioridade humana, sem uma sobrepor à outra.

Considerando que a psicanálise passara a despertar interesses sobre a importância do conhecimento humano através da sua constituição sexual, aconteceram grandes repercussões na sociedade tradicionalista e por estudiosos da época, com repulsas e curiosidades sobre o tema. Freud trouxe discussões de questões relevantes sobre o mundo infantil dotado de afetos, desejos e conflitos, com uma força de investimento libidinal voltada para a sensação do prazer, a satisfação intensa do Eu, onde está presente a pulsão sexual. Freud (1996), desta forma, desmistificava a ideia da criança pura e inocente, apresentando-a perversa aos olhos de

uma burguesia perplexa. Mas, aos poucos, a sexualidade infantil foi tomando um lugar importante para o conhecimento humano e suas discussões.

A criança traz consigo – logo ao nascer – uma história que a circunda, denotando uma identidade auferida por outrem antes mesmo que nasça. Já antes da gravidez, existiam afetos que, a seu modo, significavam uma preparação imaginária de seu lugar no mundo, o que contribuía para a sua chegada, como um marco na existência real do ser humano. É nesta perspectiva que Brandão (2012) defende as pulsões, sobressaindo o instinto sexual humano, onde a psicanálise participa acerca da compreensão do sujeito, reconhecendo a constituição sexual primitiva das pulsões, considerando-o parte de uma história parental, um sujeito de desejos antes mesmo do nascimento.

Zizek e Daly (2006), ao tratarem sobre o idealismo alemão, esclarecem que, neste contexto, a existência humana é revelada apenas por um processo de subjetivação que favoreça o sistema social institucionalizado. Os autores também afirmam que a civilização pressupõe a essência histórica humana, desconsiderando os instintos pulsionais, identificando-se como a luz da razão e de supremacia existencial do sujeito.

Ao contrário disto, deve-se considerar a “[...] subjetividade como algo que só pode vir a ser como uma passagem pela loucura, como uma tentativa permanente de se impor uma integridade simbólica à ameaça sempre presente de desintegração e negatividade” (ZIZEK, 1999, p.34-41, *apud* ZIZEK e DALY, 2006, p.9). A subjetividade se constitui naquilo que traz desconforto para o sujeito, ao deparar-se com a falta, buscando dar significantes ao significado do real insuportável. De acordo com a citação dos autores, quando dizem “uma passagem pela loucura”, entende-se uma relação do sujeito com o insuportável. No entanto, na contemporaneidade, esse sujeito deve adaptar-se ao Outro para fazer jus à sua parte no sistema social capitalista, sob a idealização de um sujeito passivo a demanda externa e de grande poder de consumo. Estes fatores impregnam o sujeito, que se sente o detentor absoluto do gozo, principalmente na criança contemporânea, que vem sendo tida como um ser de total investimento do desejo dos pais, que tentam, a qualquer custo, cobrir o vazio existencial do filho.

Na psicanálise, o deparar-se com a falta é um fator de grande importância na construção do sujeito, proporcionando sua atuação como ser desejante, o que possibilita a manutenção dinâmica de sua vida. Uma das pulsões representativas neste processo é pulsão de morte, conceito freudiano de grande importância na existência humana, apontando o sujeito para o furo da vida que, ao deparar-se com essa lacuna, o sujeito investe-se da libido, mantendo sua energia vital. Com isto, segundo Zizek e Daly (2006), há a autonomia de

atuação do sujeito na tentativa de preencher a lacuna da falta-a-ser, vivendo excessivamente na busca de livrar-se das ameaças, podendo, inclusive, sabotar ou arruinar a composição simbólica da subjetividade.

Esse excesso de vida é a pulsão de morte. E é no contexto dela que Freud e (especialmente) Lacan identificam a motivação singularmente humana com o respeito à *jouissance* [ao gozo], isto é, uma compulsão básica de gozar, de atingir a satisfação consumada e, desse modo, tapar o buraco ou curar a “ferida” na ordem do ser (ZIZEK e DALY, 2006, p.10).

Neste contexto das pulsões, encontra-se um sujeito em construção e em constante transformação na forma de ser-no-mundo. Segundo Brandão (2012), a precocidade do conceito de pulsão, por meio ortodoxo, mantém uma imparcialidade entre os conceitos de “instinto sexual e libido”, o instinto sexual é determinado pela diferenciação anatômica entre sexos, masculino e feminino, “[...] culturalmente mais elaborada que a do macho e fêmea” (BRANDÃO, 2012, p.24), um conceito irrelevante para o autor na construção de sujeito, por considerar a constituição sexual muito além de uma idealização na fisiologia dos sexos.

Esta pulsão que atravessa a vida biológica, levando em conta a historicidade humana e sua vida anímica, faz prevalecer, segundo Brandão (2012), o sexual para além do instinto de sexo, existente no interior do sujeito como força motriz no desenvolvimento humano. Considerando este processo como fonte de elaboração da subjetividade por meio das pulsões sexuais estimuladas pelo investimento libidinal, despertam-se as primeiras sensações de prazer na infância, o que favorece a constituição do sujeito desejante e faz prevalecer a dualidade constante da libido e do desejo de satisfação na produção subjetiva e na constituição da cadeia psíquica humana.

#### **4.1 A criança e sua evolução nas pulsões**

Freud (1996) apresentara a ideia da criança como uma perversa polimorfa, compreendida como uma capacidade inata de experimentar as sensações de prazer por várias partes do corpo, não estando ligadas necessariamente ao coito, idealizado na copulação entre os sexos opostos. Todo este processo é um despertar. Os adultos já criam uma identidade precoce do sujeito carregada de investimentos emocionais que, segundo Freud (1996), é uma fonte de energia que se volta para o ego, provocando pulsões na busca constante da satisfação de prazer, um desempenho do desejo sexual invocado pelo investimento libidinal, um estado absoluto voltado para o ego, ao que Freud denominara de narcisismo primário.

O narcisismo primário perdura até o ego começar a catexizar as ideias dos objetos com a libido, a transformar a libido narcísica em libido objetal. Durante toda vida, o ego permanece sendo o grande reservatório, do qual as catexias libidinais são enviadas aos objetos e para o qual elas são também mais uma vez recolhidas, exatamente como uma ameba se conduz com seus pseudópodos (FREUD, 1996, p.163).

As pulsões, cada vez mais, vão tomando contornos e sobressaindo no decorrer da vida do sujeito, já com grandes evidências na infância, podendo ser avaliadas por alguns eixos psicanalíticos, tendo a infância como base da constituição existencial do sujeito.

No eixo “suposição do sujeito” trata-se de uma antecipação realizada pelo agente materno, pois o bebê não se encontra ainda constituído como sujeito. Tal constituição depende justamente de que ele seja inicialmente suposto ou antecipado pela mãe (ou cuidador). No eixo “estabelecimento da demanda” trata-se de que as primeiras reações involuntárias que o bebê apresenta ao nascer, tais como o choro, sejam reconhecidas pela mãe como um pedido que a criança dirige a ela, e diante do qual a mãe se coloca em posição de responder, ou seja, implica uma interpretação em que a mãe usa linguagem, “traduz” em palavras as ações da criança, e “traduz” em ações suas próprias palavras. Já o eixo “alternância presença/ausência” implica que a mãe (ou o cuidador) não responda ao bebê apenas com presença ou apenas com ausência, mas que produza uma alternância, não apenas física, mas, sobretudo, simbólica. Por exemplo, entre a demanda da criança e a experiência de satisfação proporcionada pela mãe, espera-se que haja um intervalo diante do qual venha a surgir a resposta da criança. Finalmente, o eixo “função paterna” pressupõe que a mãe tenha a criança numa posição de referência a um terceiro (geralmente o pai) em seu laço com ele, não fazendo dessa criança um objeto que se presta unicamente à sua satisfação (BERNARDINO e KUPFER, 2008, p.665).

Este processo funcional dos eixos apresentados pelos autores proporcionariam boas condições psíquicas na construção do sujeito, se não fosse pelos atravessamentos externos que, por muitas vezes, sobrepõem as condições humanas de ser-no-mundo, em função de uma força sistemática institucionalizada, impondo padronizações adequadas civilizatórias, o que sufoca a singularidade existencial em função da homogeneização humana.

#### **4.2 O atravessamento externo nos contornos psíquicos da infância**

No segundo capítulo do presente trabalho, tratamos do processo construtivo do sujeito, considerando as pulsões sexuais da infância principais fontes de investimento libidinal como forças motrizes da vida. Brandão (2012) menciona a masturbação como algo de uma naturalidade histórica na vida humana; como foi visto no primeiro capítulo, as cuidadoras excitavam as crianças para acalmá-las. A partir do século XIX, a prática masturbatória passa a ser proibida radicalmente e entendida como algo ligado à loucura, o que poderia trazer grande malefícios ao sujeito, uma condenação de algo natural, ficando internalizado no sujeito e dissociado de uma necessidade natural do corpo.

[...] a masturbação parecia fazer parte do modelo do sexo único. Ora, os prazeres do onanismo estavam geralmente disponíveis a todos os sexos, assim como a todas as idades. Desse modo, esse prazer sexual comum a homens e mulheres, meninos e meninas, acessíveis democraticamente tanto aos rapazes tímidos quanto às moças que buscavam preservar a virgindade, surgiu tal como uma espécie de contra poder, de resistência, em face de uma época de exaltação do modelo dos dois sexos (BRANDÃO, 2012, p.86).

Transformações que vão atravessando o sujeito na sua essência, desprendendo-se de uma base estrutural histórica, um processo de confusão identificatória e tabu social. Brandão (2012) explica a condenação da masturbação não somente por sua ligação com os prazeres do corpo e a individualização sexual não aceita socialmente, mas na inserção do sujeito social idealizado de uma realidade do feminino e masculino, onde o prazer somente poderia ser consumado na relação dos sexos opostos em função da procriação.

Segundo Brandão (2012), por volta do final do século XVIII, grandes mudanças ocorreram, o que modificou a orientação do sujeito no seu processo constitutivo. A ciência biológica toma o lugar do saber, fragmentando o homem em classificações científicas objetivas, onde a anatomia e a fisiologia apropriaram-se da metafísica humana, demarcando definições que caracterizavam os sexos opostos e suas representações no meio social.

Médicos e anatomistas decidiram assim que existiam dois sexos opostos, caracterizados por corpos, e, sobretudo, órgãos genitais radicalmente diferentes. Aos homens da ciência, juntaram-se militantes políticos, filósofos e teóricos sociais que passaram a encontrar nos corpos o fundamento da diferença dos papéis sociais, das sensibilidades morais e dos desejos sexuais entre homem e mulher (BRANDÃO, 2012, p.81).

A essência humana é transcendida pelo saber da ciência, institucionalizando socialmente as diferenças dos sexos pela anatomia do corpo e seu papel na sociedade. Não era mais considerado o ser humano portador de emoções e condições psíquicas, mas homem e mulher, cada um com suas condições compatíveis com sua sexualidade como determinava o social, o saber da ciência utilizado para fragmentar o homem nas suas condições físicas e biológicas, sem se importar com o sentimento humano.

O Estado ressurgia como a Lei máxima, incomensurável no atravessamento subjetivo e na instituição familiar, mantendo uma relação paralela entre pais e filhos, uma força externa institucionalizada de grandes poderes e determinante na elaboração psíquica do sujeito.

O poder genealógico do Estado operacionaliza o exercício das funções simbólicas do pai e da mãe, sendo responsável pela montagem do sistema de filiação que tem por excelência o referencial da Lei paterna, da qual depende a reprodução da vida e a constituição do sujeito. Em suma, é o Estado que, em nome da Lei, fixa os lugares que os pais vão ocupar para introduzir a criança nos limites da castração simbólica (BRANDÃO, 2012, p.18).

O Estado assume a posição do grande Outro e o detentor do poder absoluto, para Brandão (2012), cria-se uma pós-modernidade, onde a passagem edípica clássica colocada por Freud não se encontrava mais centralizada no ambiente familiar, considerada agora como instituição fragmentada, “[...] o Estado substituiu o homem em suas antigas funções maritais e paternas e abriu a possibilidade de a mulher conquistar novos direitos e se deixar levar pelas paixões” (BRANDÃO, 2012, p.82). A nova família nuclear, onde seus membros se perdem nos seus direitos e deveres, passa a ser a nova façanha de um Estado pós-moderno.

Segundo Bernardino e Kupfer (2008), os filhos assumem uma posição de mestres do gozo e os pais, que tinham a função de repassar a cultura tradicional da família, perdem o campo da linguagem pelos excessos das imagens contemporâneas, funcionando como facilitadores nas elaborações psíquicas, diminuindo as fantasias do sujeito para lidar com o real insuportável. O sujeito, por sua vez, é alienado e enganado a todo momento pela oferta capitalista do gozo pleno. Essas influências provocaram uma dependência do sujeito e, principalmente, das crianças, fixando-as como objeto de desejo do outro, impedindo sua atuação na busca de seu objeto de prazer, visto que o mesmo é ofertado a todo momento, bastando consumi-lo e gozar: uma tática do empoderamento do sistema capitalista.

Se a alta modernidade, que hoje impera, traz como suas principais características o questionamento da tradição; o declínio efetivo da função paterna; a mudança dos papéis sociais de homem e de mulher que, por sua vez, altera o exercício das funções parentais; o deslizamento a que assistimos, do ponto de ancoragem da cultura, que passa da palavra para a imagem, será que a família do século XXI ainda está em condições de garantir sua função, segundo a concepção lacaniana, de transmitir a cultura e de presidir as operações psíquicas básicas, necessárias para a constituição do psiquismo de seus rebentos? (BERNARDINO e KUPFER, 2008, p.668).

Ainda de acordo com Bernardino e Kupfer (2008), desde a Revolução Industrial vêm ocorrendo grandes transformações sociais e as instituições, principalmente a família, foram perdendo os vínculos funcionais internos para um imperialismo capitalista que demanda um sujeito idealizado por padrões universais que responde ao mesmo. Um domínio alienante que se utiliza da evolução tecnológica, facilitando a elaboração subjetiva através da imposição da imagem, fato que leva o sujeito à dependência deste sistema, onde não se constrói mais pela internalização da linguagem e sim pela imagem ideal estabelecida.

Assim, a alta modernidade, com o dinamismo que trouxe às instituições sociais – não mais estáveis, fontes de segurança, mas instituições que passam por transformações cotidianas –, produz um maior impacto sobre os sujeitos. Uma vez rompido o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, as organizações sociais atuam diretamente sobre os sujeitos, mas de uma maneira anônima, impessoal. O sujeito moderno, então, sofre os efeitos da fragmentação dos

lugares na família e da dissociação promovida pelas instituições sociais em relação à singularidade (BERNARDINO e KUPFER, 2008, p.668-669).

Processo este que inviabiliza a própria existência do sujeito no mundo onde, cada vez mais cedo, entra no ritmo do sistema social capitalista, tornando-se escravo do gozo desse Outro que impera com o poder absoluto, utilizando-se dos seus desejos como domínio da alienação e ofertando um gozo pleno que, na teoria lacaniana, é impossível ser alcançado na constituição humana. A criança contemporânea participa deste domínio capitalista, respondendo ao gozo do outro que a supervaloriza por sua potencialidade individual de consumo. As referências não estão mais na instituição familiar, pois que esta se encontra fragmentada pelo processo de atravessamento externo. Neste momento, acontece uma inversão de papéis, os pais investem nos filhos os próprios desejos na busca da satisfação narcísica.

O sujeito, moldado ao longo de sua história pela objetivação científica e pela implementação impositiva de novos costumes decorrentes do sistema capitalista, resulta em um ser esvaziado subjetivamente que vivencia a externalização individualista, com dificuldades de se identificar na relação com o outro, meio de grande importância na construção do sujeito.

O sistema capitalista favorece ao sujeito ter capacidade possuidora do objeto de prazer e não de ser, enquanto sujeito desejante do objeto, interferindo na constituição da sua estrutura psíquica, de acordo com Freud (1996), que considera que, para haver o desejo é necessário que haja a falta. Com a atual inserção de sujeito no mundo, detentor do gozo pleno, segundo Bernardino e Kupfer (2008), a contemporaneidade um apaga o sujeito.

### **4.3 A base fundamental na formação do sujeito**

Autores pós-freudianos, como Karl Abraham e Melanie Klein, deram grande importância na etapa primitiva da relação maternal, enfatizando as fantasias do bebê em relação ao seio, devorando-o para obter satisfação, apossando-se do objeto de desejo. Em contrapartida, o medo de ser tomado pela mãe e a interrupção do gozo pleno por meio da castração, favorece o início dos contornos psíquicos de forma sutil no imaginário da criança, para que a mesma possa fazer as elaborações necessárias. Este feito tem encontrado suas dificuldades na atualidade, que institucionaliza o sujeito ideal.

Segundo Freud (1996), mesmo o sujeito que se desprende desta fixação canibalesca do incesto, em obter o gozo pleno, levará influências da infância de um momento incestuoso.

Assim é que a primeira relação de namoro do rapaz apresentará características da mãe e, a da moça, um homem mais velho e autoritário, representando no imaginário um retorno à vivência da figura dos pais. Condições que demonstram que, nos primórdios da infância, houve uma perfeita harmonia na construção do imaginário da criança com relação à mãe.

Em vista dessa importância do relacionamento infantil com os pais para a escolha posterior do objeto sexual, é fácil compreender que qualquer perturbação desse relacionamento terá as mais graves consequências para a vida sexual na maturidade; também ao ciúme dos amantes nunca falta uma raiz infantil, ou pelo menos um reforço infantil. As desavenças entre os pais ou seu casamento infeliz condicionam a mais grave predisposição para o desenvolvimento sexual perturbando ou o adoecimento neurótico dos filhos (FREUD, 1996, p.216).

No período da primeira infância, é percebido o quanto é importante uma manutenção sadia da relação com o outro para se chegar a um sujeito com estrutura psíquica sadia, cujos primeiros contatos iniciam-se do olhar, da voz e do contato físico. O contato com o seio da mãe, a satisfação de alimentar-se e, além disto, as buscas de outros prazeres, como o olhar durante a amamentação que começa a unificar o corpo do bebê à extensão do seio materno, mantendo um contato prazeroso, os sons que vêm da fala do outro, são um referencial simbólico que fazem com que a criança perceba os sentidos da fala, dando início a uma narrativa que, mais tarde, será resgatada e elaborada pela mesma na organização de seu psiquismo.

#### **4.4 O saber da ciência sobre o corpo humano**

De acordo com Brandão (2012), o saber médico tomava grande poder no século XVIII, atravessando a família com total autoridade para diagnosticar como patologia os comportamentos não aceitáveis socialmente, considerados anormais. A relação familiar foi “psiquiatrizada” e, mais tarde, “psicologizada”, como diz Brandão (2012), que também lança mão do campo político epistemológico, com diretrizes normativas e moralistas.

Nesse contexto, não seria surpreendente que as angústias culturais fossem traduzidas em doença: as doenças da civilização, por exemplo, causadas por um largo evento de coisas más – excesso de luxo, excesso de atividades mentais e falta de exercício, excesso de simpatia ou de leituras romanescas, que excitam o corpo e os nervos – ou doenças que decorrem de grande atividade sexual (LAQUEUR, 2005 *apud* BRANDÃO, 2012, p.94).

Neste campo está inserido também o sujeito contemporâneo, que apresenta suas dificuldades nas relações atravessadas pelo bombardeio das informações tecnológicas prontas e pela cobrança de um sistema econômico tal que desfruta de um sujeito útil, produtivo e

consumidor. Um excesso de excitações lançadas ao corpo, sendo função do mesmo responder essas demandas externas, que propõem ao sujeito um autopoder de gozo devorador do objeto: o que era para ser uma relação de prazer, transforma-se em posse do outro.

A imposição das forças externalizantes e a forma adulta de interpretar a criança na sua construção psíquica, muitas vezes, interferem na elaboração natural dos seus desejos, fazendo desta atuação uma hostilidade repressora do desenvolvimento sexual infantil, o que provoca entraves na constituição da cadeia psíquica da criança, ao ponto que, esse sujeito, na fase adulta, poderá trazer os sinais do mal-estar na civilização.

Uma das críticas de Brandão em relação à psicanálise clássica é a inserção do Complexo de Édipo como método do processo de construção do sujeito, como forma de segregação do que é diferente disso, idealizando uma formação de sujeito no parâmetros sociais, desconsiderando as possibilidades das diversas formas de canalização das pulsões sexuais.

Considerando as hipóteses de Lacan sobre o Complexo de Édipo, nota-se que

[...] a mãe é o fator desencadeante, a ponto de dizer que não é a irrupção do desejo genital que motiva o Édipo, mas, a reatualização da *imago* materna primitiva pela angústia que pode suscitar. Por isso, a castração é a do eu narcísico diante da angústia que reatualiza a mãe. Isso faz com que a castração não tenha aqui tanta especificidade quanto o fato de ser uma parcialização das fantasias globais de corpo despedaçado. [...] as fantasias de origem materna referidas por Melanie Klein – “que encontramos nos sonhos e em alguns impulsos, permite afirmar que elas não se referem a nenhum corpo real, mas a um manequim heteróclito, a uma boneca barroca, a um troféu de membros em que é preciso reconhecer o objeto narcísico cuja a gênese evocamos mais a cima: condicionada pela pressão, no homem, de forma imaginária do corpo sobre o domínio do corpo próprio” (MILLER, 2001, p.13).

Segundo Lacan, o complexo de Édipo é uma representação simbólica, fora da ideologia do incesto, mas situa a criança na sua existência subjetiva e lhe dá a simbologia do lugar da mãe, permitindo-lhe interpretar o pai como a Lei que barra, limitando o desejo de extensão do filho com a mãe, uma necessidade em promover a escritura do sujeito no mundo, interiorizado pelo narcisismo primário, na supervalorização do ego. O extremo controle dos impulsos sexuais, impedindo até mesmo as pulsões naturais de constituição sexual na infância, acontece socialmente pelo terror da barbárie de uma libertinagem social.

O sucesso da psicanálise como instrumento regulador das subjetividades modernas só foi possível num contexto complexo de valorização do modelo biológico da diferença sexual, de declínio do patriarcado, de valorização da maternidade, de nuclearização e de medicalização da família, da invasão da sexualidade nos registros da aliança, de temores em relação ao incesto infantil, em suma, de todo um conjunto de vetores que indicavam o esgotamento de um antigo modelo familiar e, acima de tudo, de sociedade. A renovação desses – pedagógicos e filantrópico-assistenciais,

mais que, qualquer momento poderiam se mostrar insuficientes (BRANDÃO, 2012, p.99).

Com isto, Brandão (2012) questiona uma possível participação da psicanálise tradicional, aliada ao sistema social na constituição de um sujeito idealizado, se construindo dentro de uma “normalidade” metódica apropriada pela psicanálise, onde o Complexo de Édipo se insere num processo normativo entre os sexos opostos na interdição do incesto, uma ruptura drástica nas próprias condições do fantasiar subjetivo, impossibilitando a heterogeneidade humana. Para Miller (2001), a castração encontra-se como uma fantasia, que possibilita ao sujeito dar continuidade às suas elaborações psíquicas intersubjetivas e não como uma ruptura que demarca um novo momento na vida do sujeito.

A palavra *fantasia* vem denotar o momento em que, nos sonhos, nas obsessões, nas alucinações, essa cola se dissolve e esse corpo fica em pedaços. Por tratar a castração como uma fantasia, a fantasia de castração é devida à eleição de uma parte especial do corpo, em que se concretizam a deslocação e o desmembramento: “A fantasia de castração se reporta a esse mesmo objeto”, ou seja, a essa boneca barroca: “a sua forma não depende do sexo do sujeito e determina, mais do que submete, as fórmulas da tradição educativa. Ela representa a defesa oposta pelo eu narcísico à renovação da angústia que tende a abalá-lo: crise que não é tão causada pela irrupção do desejo genital no sujeito quanto pelo objeto atualizado por ele, a saber, a mãe” (MILLER, 2001, p.14).

Esta construção de sujeito demonstra uma heterogeneidade com singularidades ímpares, autor das suas próprias fantasias em um processo de subjetivação.

#### **4.5 O sentido de infância e sua estruturação psíquica**

A constituição psíquica na infância é a base fundamental do processo evolutivo do sujeito, o que é atravessado pela exterioridade em excesso, não permitindo o reconhecimento subjetivo da real vivenciado na infância. A posição de resposta ao capitalismo é assumida pelas crianças, cada vez mais, de forma precoce, o que provoca rupturas na evolução natural da infância, pois elas são inseridas nas obrigações e responsabilidades para ter seu lugar na sociedade capitalista como sujeitos ativos, ao contrário do que acontecia em torno do século XIII, onde a criança era considerada inútil e de poucos vínculos afetivos, pela alta taxa de mortalidade.

Na contemporaneidade, o excesso externo interfere na escritura existencial do sujeito, onde sua utilidade condiz com a demanda do sistema social institucionalizado. Considerada por Nasio (1991) o limite onde o sujeito toma consciência de sua existência. Quando acontece o desequilíbrio do que é da ordem do real e do imaginário, obriga o sujeito a vivenciar o real

de forma intensa, desvalorizando a capacidade do imaginário, perdendo o campo para o real. Um sujeito incapaz de reconhecer a própria identidade de ser no mundo, sendo levado pelas influências externas, perdendo sua essência intrínseca da subjetivação, interferindo na estruturação psíquica sadia como cita:

[...] erigem dois princípios que fundam a constituição do real pela inelutável forclusão do sujeito e pela geração da estrutura. O primeiro prescreve que o limite se engendra; o segundo, que a intervenção subjetiva impõe uma interrupção à dispersão e cristaliza este limite em inscrição assertiva. Retomando uma expressão cantoriana, pode-se qualificá-los de princípios de engendramento (NASIO, 1991, p.151).

São duas as linhas de forças que se impõem na construção do sujeito, nas suas restrições pela lei e na sua liberdade subjetiva, dependentes de um equilíbrio unificado destas vertentes, mantendo uma evolução psíquica sadia para que possa através da escritura existencial, tomar o seu lugar no mundo que, por muitas vezes, acaba tomado pelo sistema social contemporâneo. Segundo Nasio (1991), o sujeito é dependente do significante para cobrir a falta ao deparar com o significado do real e isso apenas será capaz através das fantasias do imaginário.

A escritura é outra questão de grande importância no reconhecimento subjetivo na primeira infância, permitindo o sujeito se relacionar com significantes para lidar com o real. “[...] a abertura do discurso é a tomada de um lugar oferecido, enquanto possibilidade de uma nova prática, pelos discursos precedentes” (NASIO, 1991, p.152-153). Na ideia de Nasio, percebe-se que, através da possibilidade de novos discursos, o sujeito encontra o significante da falta, “[...] a fórmula da forclusão: aquilo que é rejeitado por um discurso *pode* reaparecer num outro” (NASIO, 1991, p.153). Uma forma de assumir através do significante, o lugar vazio do antigo objeto impossível de recuperar, por um outro onde o próprio sujeito possa confirmar o real. A grande impossibilidade das crianças contemporâneas, que têm que vivenciar o que prevalece do externo, sem mesmo suportar as consequências atravessadoras do sistema, desfavorece a confirmação do real através dos significantes. Considerando-se a infância como base da construção psíquica do sujeito, vemos em Freud (1996) a grande importância da vida sexual primária, fazendo parte de um momento fundamental na evolução psíquica do sujeito e favorecendo os contornos determinantes da estrutura psíquica.

#### **4.6 O controle social sobre o sujeito**

Pelas conjunturas de um sistema social rígido e suas repressões hostis sobre a subjetividade humana, o sujeito se perde na constituição psíquica, provocando traumas na

infância provenientes dos excessos externos, atravessando o sujeito no seu processo subjetivo, ficando impregnado e prevalecendo no seu ser aquilo que vem de fora, aniquilando o que é de mais subjetivo do indivíduo, que perde sua singularidade em função de um sistema universal de idealização humana. Um sujeito totalmente controlado por um olhar assombroso que vem de fora.

*O olhar panóptico correspondente a uma forma de vigilância permanente sobre os corpos. Mais do que um projeto de arquitetura destinado a resolver os problemas específicos de cada instituição, o panoptismo é uma tecnologia de poder voltado para resolução do problema de vigilância. Ele é um instrumento que, dentro de uma certa racionalidade, distribui os corpos individuais num campo de visibilidade de uma forma tão sofisticada que pode servir aos mais variados propósitos (BRANDÃO, 2012, p.107).*

Considerando o que foi citado, entende-se a sociedade atual que vivencia um modelo de panoptismo, controlada pelo sistema capitalista, onde os sujeitos são individualizados no campo do social, com suposta liberdade, desconstruindo os vínculos familiares em função de um poder universal, onde o mesmo é livre até onde esse poder permite e, mesmo para obter esta liberdade mascarada, tem que responder às demandas do sistema capitalista.

A busca do sentido da infância é a forma de reconhecer o sujeito no seu determinado lugar, evitando o excesso externo que sobrepõe a subjetividade e corrompe a constituição das pulsões sexuais infantis. É necessário quebrar o tabu da criança assexuada, aceitando o investimento libidinal na infância, fora do campo erotizado do coito, buscando uma idealização real do sujeito nas suas singularidades, dentro das condições intersubjetivas e externas, numa relação harmônica e de imparcialidade, evitando que uma se sobreponha à outra.

*O interesse principal focaliza-se naturalmente na sexualidade primária, a mais inesperada de todas. Descobriu-se que na tenra infância, existem sinais de atividade corporal a que somente um antigo preconceito poderia negar o nome sexual e que se acha ligada a fenômenos psíquicos com que nos deparamos mais tarde, na vida erótica adulta – tais como a fixação a objetos específicos, o ciúme, e assim por diante. Descobriu-se ainda, entretanto, que esses fenômenos que surge na tenra infância fazem parte de um curso ordenado de desenvolvimento, que atravessam um processo regular de aumento, chegando a um clímax por volta do final do quinto ano de idade, após o qual segue-se uma acalmia. Durante esta, o processo se interrompe, muita coisa é desaprendida e há muito retrocesso. Após o fim deste período de latência, como é chamado, a vida sexual avança mais uma vez, com a puberdade; poderíamos dizer que tem uma segunda eflorescência (FREUD, 1996, p. 166).*

Nos pressupostos da teoria de Freud (1996), é imprescindível a compreensão do verdadeiro conceito entre o sexual e o genital para o conhecimento da sexualidade humana. O primeiro (o sexual) é um conceito mais amplo da constituição humana, que inclui diversas atividades de contato com o outro, uma amarração da estrutura psíquica e dos vínculos

afetivos. Não possui qualquer relação com os órgãos genitais e a reprodução humana, determinante do segundo conceito, onde acontece a confusão interpretativa pelos adultos, o que gera uma negação da sexualidade infantil, reprimindo o comportamento natural da criança, provocando as angústias infantis e os entraves psíquicos no decorrer do processo evolutivo da constituição do sujeito. Esta ocorrência prejudica a elaboração do subjetivo, através das representações do real e, ao deparar com a falta do objeto de gozo, há um impasse na possibilidade de substituir a falta por um significante do imaginário para confirmar o real insuportável. Estes desvios e irrupções provocam os emaranhados psíquicos por um excesso repressivo das fantasias. “O social, o familiar, e seus efeitos articulam-se nos modos como são realizadas as operações necessárias à constituição da subjetividade” (ROSA e LACET, 2012, p.362).

Assim, a cada nascimento de uma criança são postas em jogo as coordenadas que sustentam o grupo social e possibilita o exercício das funções materna e paterna que se operam a partir dos lugares (maternos, paterno, filial) atribuídos ou não aos membros de determinada comunidade. A sua eficácia não é independente das coordenadas desse grupo, uma vez que a família é, ao mesmo tempo, o veículo de transmissão dos sistemas simbólicos dominantes e a expressão, em sua organização, do funcionamento de uma classe social, grupo étnico e religioso em que está inserida (ROSA e LACET, 2012, p.362).

O cenário social sempre reflete na família, onde seus membros têm um compromisso com o sistema institucionalizado, deve-se rever dentro do contexto psicanalítico e na produção de subjetividade, até onde estes atravessamentos externalizantes descaracterizam os vínculos familiares, provocando rupturas na cadeia psíquica e no processo de subjetivação do sujeito. Um fator evidente nos consultórios de psicologia é a fragmentação da família, onde seus membros estão desolados por falta de reconhecimento dos papéis específicos de cada um. São diversos os fatores que atravessam a constituição psíquica das crianças contemporâneas no ambiente familiar, como as relações de ideias, colocadas pelos adultos de forma vaga, impossibilitando a interpretação da criança, os excessos de informações e uma tecnologia cada vez mais avançada, que toma a subjetividade do sujeito, com respostas prontas para tudo, impedido a elaboração do mesmo, que vai perdendo a singularidade humana, por caracteres externalizantes que aniquilam sua identidade, o que impossibilita o sujeito do próprio reconhecimento existencial na família e no mundo.

[...] a patologia da família atual não se refere às novas configurações de parentesco, mas à dívida das famílias que se representam como desestruturadas em relação à família nuclear do passado, e referida a esse ideal os pais de hoje apresentam dificuldade em sustentar seu lugar de autoridade e responsabilidade diante dos filhos (ROSA e LACET, 2012, p.363).

Esta família fragmentada pelo poder imperialista do sistema contemporâneo institucionalizado gera um sentimento de desamparo e de insuficiência com relação à família nuclear do passado. Sendo assim, “[...] a sustentação simbólica transmitida pela família perderia a consistência dada pela tradição; o que esta, diz ser pai e mãe não corresponde à experiência da parentalidade hoje” (ROSA e LACET, 2012, p.363). A figura paterna perde sua autoridade como a lei e, a mãe, o seu lugar como objeto de desejo; os filhos ditam regras na casa, estão tomados pelo sistema capitalista, que a todo momento controla a criança.

Considerando Zizek e Daly (2006), o ser humano é uma marionete do sistema capitalista, promovendo no sujeito uma impregnação de subjetividade idealizada pelo mesmo, afetando a vida e impondo diretrizes universais para a humanidade. “Para criar um sistema global universal, as forças do capitalismo procuram esconder a violência político-discursiva de sua construção, mediante uma espécie de enobrecimento desse sistema” (ZIZEK e DALY, 2006, p.25). A busca da naturalização do capitalismo no contexto da subjetividade, imperando de forma global na vida humana, é reconhecido como sujeito aquele que responde ao sistema de consumo e produção instituídos.

Este controle sobre a família, atualmente, mantém a criança como um sujeito atuante com grande poder de consumo, sendo útil ao sistema capitalista e supervalorizada, superando os próprios pais nesta demanda. São pais invadidos e frustrados, por não terem conseguido alcançar seus sonhos capitalistas, pois “[...] buscam resgatar o narcisismo perdido através dos filhos, sendo esses últimos considerados como esperança de imortalidade e perfeição numa cultura do narcisismo e individualismo” (ROSA e LACET, 2012, p.363). As autoras vêm dizer que é um risco, assumido pelos próprios pais, em manter os filhos em gozo pleno, impedindo a inserção dos mesmos no possível real, por um processo de construção do sujeito barrado em seu gozo. “Nesse sentido, ao invés de os pais transmitirem para os filhos os limites do gozo, são estes que lhes apresentam as infinitas possibilidades de gozo atreladas aos objetos do campo social” (ROSA e LACET, 2012, p.365). A naturalização do sistema internalizado no indivíduo, tratando-se “de satisfazer a este grande campo social, externo, anônimo e globalizante, que tem o seguinte imperativo categórico: consuma, encha-se de objetos, seja feliz, seja eficiente, goze” (BERNARDINO e KUPFER, 2008, p.164).

Estes atravessamentos na subjetividade humana são um reflexo projetivo do desejo dos pais, esperando do filho aquilo que não conseguiram conquistar, uma tentativa de obturar o furo do real, completar o que falta, o que “[...] comparece como mal-estar nos diversos sintomas apresentados na infância, no campo da parentalidade e no campo social” (ROSA e LACET, 2012 p.364). Os pais não são mais um símbolo de identificação na família que,

segundo Rosa e Lacet (2012), invertem os papéis, haja vista que os filhos apresentam como espelhos narcísicos para os pais, criando a ilusão de seres sem falta e sem barreiras para gozar.

Neste ponto, a criança fixa como objeto de desejo de um outro, perdendo a identificação simbólica da família burguesa, uma tentativa de cobrir o furo dos pais como algo de sua responsabilidade. O sujeito toma o lugar idealizado pelo outro desejante de fora, fixando-se num processo alienante, com isso, favorece a incapacitação da criança em expressar suas singularidades, impedindo o vivenciar do processo evolutivo na infância em harmonia com as contingências externas. Para Rosa e Lacet (2012), na atualidade vive-se um momento da imagem real, um acesso facilitador ao puro gozo e, quanto mais apresentado ao sujeito estes fragmentos da imagem em fluxo intenso na vida real e psíquica, menos será convocado a pensar e fantasiar para investir no objeto de desejo do gozo.

Estamos diante de um imaginário como o lugar desse Outro sem falta – e a publicidade, por exemplo, é uma das vozes desse Outro que sabe sobre nosso desejo e nos oferece a oportunidade de obturar a falta – faz com que o objeto causa do desejo seja intolerável ... O campo de circulação de mercadorias passa a ser imaginariamente o lugar do objeto *a*, e a demanda ocupa o lugar do desejo. Só que a demanda é imperativa, o desejo não” (KEHL, 2009 *apud* ROSA e LACET 2012, p.367).

A citação remete a um sujeito completo pelo Outro, um Outro ideal com poder de cobrir o furo, desde que o sujeito opere com a demanda de acordo com a oferta, saindo da posição do sujeito constantemente desejante para a de um sujeito satisfeito com o que é ofertado, facilitando mais a aproximação do gozo. Uma tentativa frustrada pela falta imaginária do objeto real de desejo do gozo, em dialética com uma oferta satisfatória da demanda. Conceitualizando, “a frustração é por si mesma o domínio das exigências desenfreadas e sem lei” (LACAN, 1995, p.36). Neste contexto atua a castração, internalizando no sujeito que o mesmo não será o detentor absoluto do objeto de desejo e que, ao longo da vida, deverá ser substituído pelas fantasias imaginárias, aliviando a frustração da falta.

#### **4.7 A representação da infância na sociedade**

Quando a criança não é interpretada pelo adulto, através das suas próprias fantasias, ela perde o papel de sujeito ator da infância, sendo moldada de acordo com idealização externa, não levando em conta o seu interno. A criança como um adulto em miniatura foi vista no primeiro capítulo, onde Ariès (2011) descreve a representação da criança da Idade Média, vestindo-se como adulto, conversando e interpretando a vida como se fosse adulta. A falta de

inscrição da criança na atualidade, segundo Rosa (2000), a construção do sujeito, se arrisca no desejo anônimo barrando a transmissão dos significantes fundamentais no percurso da biopolítica em dois tempos:

O primeiro, atribuindo prevalência ao significante criança (no par criança- adultos) em detrimento do significante filho (no par filho/pais);  
O segundo refere-se à perda de sentimento de infância, que institui na atualidade a criança como consumidora. A criança atual, se tem maior direito ao gozo e ao saber, sofre o ocultamento do sentido da história e das condições que determinam a subjetividade. Não há diferença entre o que ela consome, veste e usufrui, em relação ao adulto (ROSA e LACET, 2012, p.368).

Esta vivência impossibilita à criança o acesso às suas condições naturais de se constituir a partir do seu imaginário, através do que defende as teorias sexuais infantis, da importância da constituição sexual na infância: uma realidade psíquica da criança na sua própria evolução, uma passagem que fica registrada no inconsciente por toda a sua vida. A precocidade vivenciada pela criança em ser adulto, vem aniquilando o sentimento da infância, trazendo graves consequências na formação da cadeia psíquica do sujeito, inserindo a infância no mundo dos adultos, onde tudo se mistura tanto o que é da criança, quanto o que é do adulto, deixando vestígios irreversíveis que perduram por toda a vida do ser humano.

O modo de repressão dos adultos sobre as crianças devem ter minuciosos cuidados, um controle brando que permite à criança vivenciar a infância e não uma imposição de ideais formalizados por forças externas que determinam um sujeito padrão.

Todo esse processo repressivo e de negação da sexualidade infantil levará a uma transferência do objeto alvo do prazer anterior para um novo objeto que dê satisfação do gozo pelo sujeito. Dentro dessas condições de manutenção da busca do prazer, fortalecido pela libido desejanse em se satisfazer, a criança necessita do contato com o outro para elaborar suas fantasias e canalizar suas energias sexuais, de forma que a repressão não se torna traumática. Segundo Freud, na obra *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*, destaca-se o prazer do contato da pele e coloca principalmente a questão das nádegas como um dos pontos excitatórios que pode canalizar as energias do sujeito.

Desde as Confissões de Jean Jacques Rousseau, a estimulação dolorosa da pele das nádegas tem sido reconhecida por todos educadores como uma das raízes erógenas da pulsão passiva de crueldade (masoquismo). Disso eles concluíram com acerto que o castigo corporal, que quase sempre incide nessa parte do corpo, deve ser evitado em todas as crianças cuja libido, através das exigências posteriores da educação cultural, possa ser forçada para vias colaterais (FREUD, 1996, p.71).

Os cuidados na correção da criança é fundamental para sua constituição subjetiva, como explicado na citação acima por Freud, um castigo pode vir a repercutir na vida adulta da

criança, provocando uma desestruturação psicológica, podendo deslocar-se para as neuroses. Com isto, conclui-se que as relações entre o adulto e a criança devem contornarem os princípios fundamentais de reconhecimento de um ser em construção e nas diferenças existentes entre os mesmos, favorecendo uma elaboração do ideal de eu, onde são respeitadas as fantasias infantis, favorecendo a criança na sua constituição como sujeito, livre das alienações patológicas, seja do discurso parental, daqueles de sua convivência e dos fatores externos, seja das condições alienantes impostas por todo sistema social institucionalizado.

A dimensão única da sexualidade infantil tem como referência a associação direta estabelecida entre as crianças e seus cuidadores. Quando a criança sente o prazer satisfatório do cuidado pelo seu corpo, ela internaliza a função protetora de seus cuidadores e, ao sentir essa excitação física primordial, ela precisará de um adulto que acolha essa excitação desorganizada e lhe dê um contorno simbólico e afetivo. Esta confusão da comunicação entre os adultos e as crianças provoca o emaranhado psíquico do sujeito. A elaboração dessas condições psíquicas se dá na singularidade subjetiva do ser humano, um processo de reconhecimento do que é de mais natural do sujeito, dando capacidade a ele de interpretar o real e representá-lo dentro do seu imaginário. Segundo Zorning, existe um abismo entre o mundo adulto e infantil, que precisa ser entendido na subjetividade de cada um.

[...] o mundo adulto marcado pela sexualidade genital e pela paixão, e o mundo infantil, marcado pela linguagem temura. O autor não pretendia desconsiderar a paixão e o desejo de uma criança, mas enfatizar que, mesmo quando seduz o adulto, a criança exerce a sedução para garantir um lugar de reconhecimento e o amor perante este. Cabe ao adulto não interpretar a sexualidade infantil atribuindo-lhes significados adultos, mas sim, reconhecer sua forma de comunicação, sua demanda de amor (ZORNIG, 2008, p.76).

É nesse interpretar que cabe a comunicação entre adultos e criança, é o reconhecimento de cada um no seu mundo e, muito mais, o reconhecimento da criança no seu processo de desenvolvimento infantil dentro das suas condições subjetivas.

#### **4.8 A atuação psicanalítica na nova constituição de sujeito**

Brandão (2012) vem dizer das possibilidades de uma psicanálise de recuperação subjetiva nas condições singulares do ser humano, não descartando a necessidade da lei, mas que a mesma sirva para contornar o que há de mais subjetivo no sujeito, não se posicionando como um monstro devorador da subjetividade. Brandão (2012) questiona a psicanálise tradicional, por manter ao mesmo tempo os aspectos de uma continuidade e ruptura das

práticas de normatização, entre “[...] saberes e modelos normativos de subjetivação postos em ação em seu nascedouro” (BRANDÃO, 2012, p.135). Cabe uma adaptação dos saberes, acompanhando a transformação social que, de acordo com Bernardino e Kupfer (2008), é um processo simultâneo, entre o gozo narcísico dos pais e o corpo do gozo social, novo aspecto na constituição de sujeito, a ser lançado mão pela psicanálise.

[...] a criança, ao invés de estar localizada no lugar de objeto fálico dos pais – lugar necessário para já se situar em relação ao falo como significante e ordenador da cultura, pareceria se localizar no lugar de instrumento para locupletar o Outro social e, indiretamente, permitir aos pais um lugar de inclusão neste campo. Trata-se de uma montagem perversa, portanto, na medida em que os sujeitos aí estão localizados como objetos, instrumentos. A criança deteria o poder e o saber de completar o Outro social, como se dela dependesse a transmissão do que este Outro quer – o que a mídia não deixa de apresentar a ela. No lugar da transmissão da falta, dos pais à criança, há uma transmissão de uma demanda de preenchimento do Outro sócia lpara com a criança, que ela encaminha para os pais resolver (BERNARDINO e KUPFER, 2008, p.675).

As autoras discutem sobre a falta dos pais como mediadores da fala entre as influências externas e os filhos, a falta da linguagem familiar, que teria o dever de intervir e elaborar a imagem pronta, por fantasias suficientes na manutenção da estrutura psíquica sadia da criança. Os pais, na tentativa de suprirem a própria falta, promovem uma repetição das condições que demanda o sistema capitalista. É de extrema necessidade resgatar a essência subjetiva, mesmo na atual conjuntura do sistema capitalista, utilizando-se de novos saberes da ciência voltados para a humanização, aliviando o sofrimento humano com os excessos de pressões psíquicas externas e um processo de normatização universal do indivíduo. Uma metodologia, onde a castração simbólica é tomada pelo sistema institucionalizado, fragmentando o vínculo afetivo familiar, gerando ideias impositivas que regula o sujeito em padrões universais, desconsiderando a constituição pelo afeto na relação com o outro, impedindo uma elaboração natural no campo psíquico do sujeito, fonte dos diagnósticos clínicos psicanalíticos.

A sociedade é tomada por um biopoder invasivo no processo de subjetividade humana, pela falsa liberdade oferecida pelo Estado. “A psicanálise constituiu-se durante bastante tempo em parte significativa do Ocidente Moderno como peça chave na arte de governo sobre a vida, incidindo especialmente sobre a gestão da sexualidade” (BRANDÃO, 2012, p.136). Neste contexto, perde-se a simbologia familiar na constituição dos seus próprios filhos em cidadãos, pois o Estado atravessa a instituição familiar no seu núcleo doméstico, no intuito de controlar as variáveis de causas e efeitos na construção de um sujeito idealizado por ele, conforme abaixo:

[...] saturação sexual dos principais eixos da aliança, abertura à intervenção médico-pedagógica, erotização do corpo infantil, preocupação médica e jurídica em relação ao incesto, valorização da maternidade, histericização do corpo convulsivo feminino, emancipação progressiva da mulher e da criança, perda do antigo poder externo familiar – centrado nas figuras representativas do patriarcado –, contratualização dos laços conjugais, incorporação do modelo da diferença sexual, renovação da dominação masculina – relegando a mulher à vida privada por “razões de natureza” –, perseguição à masturbação, psiquiatrização dos prazeres perversos, entre outras variáveis de transformação (BRANDÃO, 2012, p.136).

O autor vem dizer que, diante desse panorama, a família passa a ser drasticamente controlada pelo sistema externo e o que era inato do ser humano é algo de controle do Estado, atingindo principalmente a pulsão sexual humana, contrariando os estudos de Freud, que a considera como energia vital na construção do sujeito. A pulsão sexual, principalmente na infância, passa a ser considerada uma ameaça ao bem estar social, um forte determinante na aniquilação dos processos naturais do ser humano, favorecendo um controle de padronização universal do sujeito ideal para a sociedade.

Com esta insuficiência das pulsões e a essência da vida anímica, controladas por forças externa, “o sujeito será obrigado a historicizar-se para constituir possibilidades para sua insuficiência vital, tendo que se assujeitar ao outro a fim de viabilizar-se para ordem da vida” (BIRMAN, 1997 *apud* BRANDÃO, 2012, p.157). A força vital, segundo Brandão (2012), encontra-se no duelo entre a morte e a insuficiência na construção do sujeito, controlado pelas pulsões que traçam o sujeito num percurso de historicidade.

Tais observações são suficientes para compreender que existem outras versões do infantil em Freud, cuja complexidade em nada se avizinha da escala evolucionista através da qual a infância seria formada por etapas de desenvolvimento até atingir a maturidade adulta. Em vez de uma infância superável por processos civilizatórios, Freud descreve uma indestrutibilidade que remete a um infantil, presente na individualidade adulta (BRANDÃO, 2012, p.157).

Considerando o autor, nota-se a grande importância desta energia pulsional, atuando no percurso de vida do ser humano, no intuito de produzir a subjetivação que possibilita uma estrutura psíquica sadia, lançando mão de suas condições de vida anímica e dos processos internos, para um melhor conhecimento da essência humana. Considerando que “o sujeito seria infantil por **vocação** e não apenas por contingências de sua história evolutiva” (BIRMAN, 1997 *apud* BRANDÃO, 2012, p.157), ele leva em conta a naturalidade e a simplicidade humana na essência das pulsões, reforçando os fundamentos de uma realidade psíquica sadia do indivíduo, “em vez de centrar a problemática do sexual na infância, é a sexualidade que é reenviada para o infantil” (BRANDÃO, 2012, p.157). Para que essas

pulsões se canalizam nas condições psíquicas humanas, implica-se a linguagem como diretrizes para lançar o sujeito no mundo.

Por ser um discurso que faz resistência ao movimento cultural atual de apagamento da falta e de desaparecimento do sujeito, o discurso psicanalítico ressalta a falta como estrutural, a incerteza como a possibilidade de existência subjetiva e a polissemia como a riqueza da cultura humana. Neste sentido, o psicanalista, aonde quer que atue, promove lugares de fala, nos quais há possibilidade de circulação de palavras, os sujeitos são chamados a refletir e são escutados no que têm a dizer, isto é, são reconhecidos como seres discursivos, que têm um lugar simbólico próprio a ocupar (BERNARDINO e KUPFER, 2008, p.678).

Através desta carência da fala e da interpretação da palavra, o sujeito se perde nas suas elaborações psíquicas como ser-no-mundo, passando a identificar-se com o que vê e interpreta pela imagem, um agente facilitador na alienação pelo sistema capitalista, provocando o desaparecimento do sujeito da fala e do desejo, transformando-o num ser individualista e fragmentado, pelo fato que, ao mesmo tempo que lhe é ofertado o gozo pleno, depara com a lacuna da vida psíquica. Por não ter um discurso elaborativo da sua construção, decorrente dos entraves entre as articulações pulsionais e as normas culturais, os traumas da infância vêm desencadear na criança ou futuramente na fase adulta o adoecimento psicossomático.

Para Foucault *apud* Brandão (2012), não foi a formação de uma novo modelo de família que gerou a erotização sexual na infância e sim o excesso de repressão das pulsões, que supervalorizou o sexual no corpo da criança, reduzindo o espaço doméstico-familiar e criando a família nuclear, na tentativa da saturação sexual com responsabilidade do individual e na interdição do incesto:

É necessário admitir toda série de elementos, que são circularmente ligados, em que encontramos a valorização do corpo da criança, a valorização econômica e afetiva da sua vida, a instauração de um medo em torno desse corpo e de um medo em torno da sexualidade enquanto detentora dos perigos corridos pela criança e pelo corpo da criança; culpabilização e responsabilização simultâneas dos pais e dos filhos em torno desse corpo mesmo, arranjo de uma proximidade obrigatória, estatutária, dos pais e dos filhos; logo organização de um espaço familiar restrito e denso; infiltração da sexualidade através de todos espaço e investimento desse espaço por controles ou, em todo caso, por uma racionalidade médica (FOUCAULT, 2001 *apud* BRANDÃO, 2012, p.179).

A família nuclear toma uma nova forma, demandando um novo olhar da psicologia para entender os diversos processos, sofridos pelo sujeito na sua construção. Segundo Brandão (2012), o casal moderno, muitas vezes, lança mão das restrições eróticas, renunciando ao sexo e até mesmo à vida conjugal, em função de uma exigência moral civilizatória. A vida conjugal do casal é mantida pelo investimento aos filhos, obrigatoriamente se responsabilizando por uma moralidade internalizada, principalmente na

mulher. Com isto, obtém-se um novo olhar sobre o Édipo, um momento de irrupção da sexualidade na célula família e de insatisfação da mulher por repressões sexuais, imposta pela moralidade civilizatória. “Uma esposa neurótica insatisfeita torna-se uma mãe excessivamente terna e ansiosa, transferindo para o filho sua necessidade de amor. Desta forma, ela o desperta para a precocidade sexual. Além disso, o mau relacionamento dos pais excita a vida emocional da criança” (FREUD, 1908 *apud* BRANDÃO, 2012, p.179). Casos frequentes vivenciados atualmente na clínica, pais que procuram o tratamento por preocupação intensa do futuro do filho, a supervalorização da criança, partindo de um desejo dos pais, em função do conflito do casal.

Nessa família “super-estruturada” que “produziu a fixação incestuosa entre os filhos e a mãe”, conclui a autora, “não é obrigatório que a passagem pelo Édipo produza a fixação dos filhos à mãe, mas o isolamento da mãe e dona de casa das famílias tradicionais propicia os excessos do amor materno como única fonte de satisfação afetiva e erótica de muitas mulheres” (KEHL, 2003 *apud* BRANDÃO, 2012, p.180).

Este investimento excessivo dos pais, principalmente pela mãe internalizada moralmente com o compromisso doméstico, acaba fixando a criança como objeto de desejo do outro, impedindo sua autovalorização, o autoconhecimento e até mesmo sua identidade existencial de ser no mundo. É no ambiente externo e no contato com o outro que o sujeito encontra o alvo para investimento da libido, uma busca constante, abastecida pela falta do objeto de desejo, que mantém a pulsão como força motriz da vida.

Brandão (2012) considera o narcisismo primário um mecanismo básico da subjetividade humana, onde a psicanálise se apropria para melhor conhecimento dos destinos pulsionais, que inicialmente é de extremo investimento no próprio ego e, após, passa a investir no objeto de desejo, favorecendo na constituição psíquica sadia.

O narcisismo originário corresponde à unificação do corpo pulsional do infante através da projeção do narcisismo dos pais, constituindo na criança o eu ideal e o amor de si. Logo, o eu do infante tem como origem a idealização das figuras parentais, que projetam aquilo que lhes foi impossível de realizar em sua existência. Numa leitura que adquire todo o sentido a partir de Lacan, podemos compreender que o infantil corresponde à materialização do falo, num jogo especular que constitui a essência da onipotência primordial do infante (BRANDÃO, 2012, p.196).

Com isto, percebe-se a necessidade da castração, barrando o sujeito do gozo pleno, em função de lhe despertar o investimento libidinal na busca do objeto de desejo e na possibilidade de transferir este investimento para outros objetos, desvencilhando da falta do mesmo e se encontrando no mundo como um sujeito desejante. Sendo assim, “faz-se necessário à criança que ela se desloque do eu ideal ao ideal de eu, o que implica a ruptura

com a alienação presente no gozo fálico” (BRANDÃO, 2012, p.196). O sujeito vem ser através da falta, que estimula o desejo pelo objeto de prazer, mantendo a pulsão como força motriz da vida.

Esta energia pulsional mantém o dinamismo da vida, sendo essencial na constituição do sujeito e na sua manutenção, alimentando-se de uma energia psíquica sadia que dará continuidade ao desejo. Segundo Freud (1996), essa característica da libido é de extrema importância na constituição do sujeito, considerando sua mobilidade e facilidade com que passa de um objeto para o outro. Nos entraves das normas culturais impostas sobre o discurso do sujeito, intensifica-se a fixação em determinado objeto na intensão de obter o gozo a qualquer custo. Para que ele saia desta posição de devorador do objeto, é preciso apoderar-se da palavra, dando ao sujeito a capacidade de nomear simbolicamente o real insuportável em condições psíquicas saudáveis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe uma importante discussão entre os atravessamentos externos na construção do sujeito, dando ênfase na sexualidade infantil, um assunto que ainda é intolerável nas relações sociais. Mesmo com toda a evolução da contemporaneidade, esta ideia da criança assexuada ficou internalizada nas pessoas pelo processo civilizatório e como pode ser visto as manifestações sexuais acontecem desde muito cedo, ainda nos primeiros dias de vida do ser humano, com grande influência na constituição do sujeito e na estruturação da sua cadeia psíquica.

Considerando que as repressões excessivas de um processo civilizatório externalizante, cada vez mais, interfere na constituição sadia da estrutura psíquica do ser humano: o sujeito sem identificação é incapaz de um movimento próprio na busca do seu objeto de desejo. No momento em que o sujeito se fixa como objeto de desejo do outro, uma das condições é abdicar dos próprios desejos, o que se dá através do controle social universalizado, por um sistema capitalista institucionalizado, onde o sujeito é refém da evolução tecnológica e, para que ele seja inserido socialmente, é necessário se adaptar às transformações ocorridas, pelo contrário, será excluído pelo próprio meio.

Este movimento contemporâneo sufoca a existência subjetiva do ser humano, atravessada por fatores externos, que sobrepõe a subjetividade humana, resultando na proliferação do estresse, um adoecimento psíquico frequente na atualidade. Mesmo vivenciando um momento pós-moderno e de ideias inovadoras, percebem-se no ser humano ideais totalmente voltados para as condições capitalistas, que desconsideram a constituição do sujeito a partir das elaborações subjetivas de uma vida anímica e de processos internos.

No decorrer deste estudo, nota-se uma historicidade impregnada no sujeito, que se arrasta ao longo da vida humana. Considerando os seus primeiros dias de vida, um ser existente no mundo, percorrendo o período da infância como momento base da construção do sujeito, percebe-se nas ideias de Ariès (2011) expostas no primeiro capítulo que, muito da forma de representação da infância na Idade Média foi institucionalizada nas pessoas, vindo a influenciar na constituição do sujeito, desfavorecendo ao processo psíquico sadio, tanto no ambiente familiar, quanto no social.

Tudo isto em função do excesso repressor de um sistema civilizatório de idealização de sujeito, onde ele se perde, pela própria incapacidade de internalização do eu ideal. Um sujeito idealizado por um outro controlador, o sistema social que, por mais que tenha o poder

de controlar, ofertando o gozo a qualquer custo, não tem condições de sustentar a falta no sujeito, por ser um processo intrínseco, fazendo parte da construção natural do indivíduo.

No decorrer do segundo capítulo, foi visto o quanto o período da infância é importante na construção do sujeito. A partir das pulsões sexuais infantis, a psicanálise lança mão de diversos estudos para melhor compreensão do homem, tomando a sexualidade infantil uma pré-disposição da existência humana, possibilitando-se orientar por elaborações oníricas e na construção da cadeia psíquica.

O intuito deste estudo foi instigar um maior investimento da psicologia no conhecimento da essência humana e no seu processo constitutivo, utilizando-se da teoria psicanalítica como base na interpretação da subjetividade humana com cuidado, para que a mesma não se apodere do saber determinante de um sujeito idealizado, fazendo parte do sistema social instituído, padronizando um ideal de sujeito de forma universal, a começar pelas crianças que, atualmente, são cobradas pelo sistema como se fossem adultas. A imposição ideológica do sistema capitalista funciona como produtora de uma subjetivação artificial no sujeito, desconsiderando a coerência do tempo cronológico e biológico da infância e a representação da criança no ambiente familiar e no contexto social como princípio estrutural para a fase adulta.

As mudanças de paradigmas nos adultos e a sensibilização da sociedade contemporânea envolvendo o contexto da pulsões sexuais, são de extrema importância para uma melhor vivência da criança na fase da infância. Um processo que contribui na constituição do sujeito e na formação sadia da sua cadeia psíquica, possibilitando-o uma vivência existencial de ser no mundo, refletindo na ordem social e familiar, algo que não é visto na atualidade, onde cada vez mais o sujeito passa por um adoecimento psíquico, por vivenciar em uma sociedade contaminada por efeitos destrutivos da singularidade humana. É de grande importância reconhecer as pulsões sexuais que são evidentes na infância, sabendo lidar com as mesmas de forma natural, evitando o excesso repressivo e desencadeante das doenças psicossomáticas.

As primeiras estruturações psíquicas acontecem na infância, deixando registros permanentes, como os conteúdos do inconsciente que, se mal elaborados quando criança, mais tarde, poderão desencadear graves sintomas psicossomáticos. O processo psíquico adequado ocorre quando o sujeito é capaz de deparar com suas questões psíquicas reais e elaborá-las pelo próprio imaginário. Isso trata-se necessário no momento em que a criança desgarra de ser o objeto de desejo do outro, incorporando de si mesma e direcionando a um ideal de eu.

Condições essas que favorecem o desenvolvimento psíquico sadio, evitando os traumas da infância que perpassa a vida adulta, levando o sujeito ao sofrimento. A impossibilidade de elaboração do real por meio de significantes, provoca um desequilíbrio dos três registros no processo de estruturação da cadeia psíquica, onde o sujeito se perde na relação do real, do imaginário e do simbólico. O equilíbrio desses registros, proporciona ao sujeito a capacidade de elaboração interna excludente dos entraves psíquicos, com condições necessárias para deparar com o real insuportável e representá-lo por fantasias de um processo imaginário, criando condições singulares que evitará o sofrimento psicológico.

Com tudo, conclui-se que, as pulsões sexuais que se manifestam na infância são fontes de energia essenciais na constituição do sujeito e na manutenção da vida. Por isso, a criança não pode ser reprimida de forma excessiva no que se trata da sexualidade infantil, sendo que essas condições são naturais na vivência do ser humano, fazendo parte da sua estruturação psíquica e no seu processo de subjetivação. Considerando o saber científico sobre a sexualidade um determinante nas características anatômicas entre o masculino e o feminino e as sensações afetivas das pulsões sexuais um organizador na estrutura psíquica do sujeito.

Entre diversas contribuições a partir deste estudo, buscou-se uma interpretação da constituição de sujeito na contemporaneidade, utilizando-se de autores nomeados como Freud, Lacan e outros citados, favorecendo uma melhor compreensão do ser humano na atualidade, proporcionando a psicanálise meios de atuação mais eficazes do que eram utilizados na psicanálise clássica, por uma necessidade atual, focando nas novas formas de organizações sociais e na concepção estrutural do sujeito condicionado ao processo evolutivo do meio externo, provocando graves interferências na estruturação de sua cadeia psíquica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed., Rio de Janeiro: 2011, 279 p. LTC Editora.
- BRANDÃO, Eduardo Ponte, **Sexualidade e aliança na contemporaneidade: nem Édipo, nem barbárie: Uma Contribuição Genealógica ao Debate Psicanalítico**, 2. Ed. Curitiba: Juruá Editora, 2012, 247 p.
- BERNARDINO, Leda Mariza Fischer e KUPFER, Maria Cristina Machado. A criança como mestre do gozo da família atual: desdobramentos da “pesquisa de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil”. In: **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza. V. VIII. n. 3. p. 661-680, set/2008.
- FREUD, Sigmund. Lembranças da infância e lembranças encobridoras (1901). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. V. VI. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 59-66.
- FREUD, Sigmund. Um caso de histeria três ensaios sobre a teoria da sexualidade(1901-1905). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. V. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 311 p.
- FREUD, Sigmund. Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos (1937-1939). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas**. V. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 351 p.
- LACAN, Jacques. Teoria da falta de objeto. In: **O Seminário 4: a relação de objeto 1956-1957**. Versão brasileira de Dulce Duque Estrada, revisão de Angelina Harari. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. p. 9-92.
- MILLER, Jacques-Alain. Leitura crítica dos “Complexos familiares”, de Jacques Lacan. In: **Opção Lacaniana online**, Navarin e Seuil, 2001, p. 1-16.
- NASIO, Juan David. **A criança magnífica da psicanálise, o conceito de subjetivo e o objeto na teoria de Jacques Lacan**. Tradução: Dulce Duque Estrada, 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, 155 p.
- ROSA, Mirian Debieux e LACET, Cristine. A criança na contemporaneidade: entre saber e gozo. In: **Estilos clínicos**. São Paulo, v. 17, n. 2 jul./dez. 2012, p. 359-372.
- ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões. In: **Psicologia em Estudo**. Universidade Estadual de Maringá. jan./mar. 2008, v. 13, n. 1, p. 73-77, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a08.pdf>. Acesso: 02 de julho de 2014.
- ZIZEK, Slavoj e DALY, Glyn. **Arriscar o impossível: conversas com Zizek**. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.7-30.